Eletroriver S.A.

Informações Financeiras Intermediárias
Individuais e Consolidadas
Referentes ao Período de Três Meses Findo em
31 de Março de 2025 e
Relatório do Auditor Independente

Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes Ltda.

Deloitte Touche Tohmatsu
Rua Antônio de Albuquerque, 330 - 12º andar
30112-010 - Belo Horizonte - MG
Brasil

Tel.: + 55 (31) 3269-7400
Fax: + 55 (31) 3269-7470
www.deloitte.com.br

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS INFORMAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS

Aos Acionistas, aos Conselheiros e à Diretoria da
Eletroriver S.A.

Introdução

Revisamos as informações financeiras intermediárias individuais e consolidadas da Eletroriver S.A. ("Companhia"), referentes ao período de três meses findo em 31 de março de 2025, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de março de 2025 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o período de três meses findo nessa data, incluindo as notas explicativas.

A Diretoria da Companhia é responsável pela elaboração dessas informações financeiras intermediárias individuais e consolidadas de acordo com o pronunciamento técnico CPC 21 (R1) - Demonstração Intermediária e com a norma internacional IAS 34 - "Interim Financial Reporting", emitida pelo "International Accounting Standards Board - IASB", assim como pela apresentação dessas informações de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários - CVM, aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais - ITR. Nossa responsabilidade é a de expressar uma conclusão sobre essas informações financeiras intermediárias com base em nossa revisão.

Alcance da revisão

Conduzimos nossa revisão de acordo com as normas brasileiras e internacionais de revisão de informações intermediárias (NBC TR 2410 - Revisão de Informações Intermediárias Executada pelo Auditor da Entidade e ISRE 2410 - "Review of Interim Financial Information Performed by the Independent Auditor of the Entity", respectivamente). Uma revisão de informações intermediárias consiste na realização de indagações, principalmente às pessoas responsáveis pelos assuntos financeiros e contábeis, e na aplicação de procedimentos analíticos e de outros procedimentos de revisão. O alcance de uma revisão é significativamente menor que o de uma auditoria conduzida de acordo com as normas de auditoria e, consequentemente, não nos permitiu obter segurança de que tomamos conhecimento de todos os assuntos significativos que poderiam ser identificados em uma auditoria. Portanto, não expressamos uma opinião de auditoria.

Conclusão sobre as informações financeiras intermediárias individuais e consolidadas

Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que as informações financeiras intermediárias individuais e consolidadas anteriormente referidas não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com o pronunciamento técnico CPC 21 (R1) e com a norma internacional IAS 34, aplicáveis à elaboração de Informações Trimestrais - ITR, e apresentadas de forma condizente com as normas expedidas pela CVM.

A Deloitte refere-se a uma ou mais empresas da Deloitte Touche Tohmatsu Limited ("DTTL"), sua rede global de firmas-membro e suas entidades relacionadas (coletivamente, a "organização Deloitte"). A DTTL (também chamada de "Deloitte Global") e cada uma de suas firmas-membro e entidades relacionadas são legalmente separadas e independentes, que não podem se obrigar ou se vincular a terceiros. A DTTL, cada firma-membro da DTTL e cada entidade relacionada são responsáveis apenas por seus próprios atos e omissões, e não entre si. A DTTL não fornece serviços para clientes. Por favor, consulte www.deloitte.com/about para saber mais.

A Deloitte é líder global de auditoria, consultoria empresarial, assessoria financeira, gestão de riscos, consultoria tributária e serviços correlatos. Nossa rede global de firmas-membro e entidades relacionadas, presente em mais de 150 países e territórios (coletivamente, a "organização Deloitte"), atende a quatro de cada cinco organizações listadas pela Fortune Global 500®. Saiba como os cerca de 460.000 profissionais da Deloitte impactam positivamente seus clientes em www.deloitte.com.

© 2025. Para mais informações, contate a Deloitte Global.

Deloitte.

Outros assuntos

Demonstrações do valor adicionado

As informações financeiras intermediárias individuais e consolidadas anteriormente referidas incluem as demonstrações do valor adicionado - DVA referentes ao período de três meses findo em 31 de março de 2025, elaboradas sob a responsabilidade da Diretoria da Companhia e apresentadas como informação suplementar para fins da norma internacional IAS 34. Essas demonstrações foram submetidas a procedimentos de revisão executados em conjunto com a revisão das informações financeiras intermediárias individuais e consolidadas da Companhia, com o objetivo de concluir se elas estão conciliadas com as informações financeiras intermediárias e os registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e o seu conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no pronunciamento técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que essas demonstrações do valor adicionado não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse pronunciamento técnico e de forma consistente em relação às informações financeiras intermediárias individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

Belo Horizonte, 12 de maio de 2025

Deloitte Touche Tohmatsu

DELOITTE TOUCHE TOHMATSU
Auditores Independentes Ltda.
CRC nº 2 SP 011609/O-8 “F” MG

B Oliveira

Alexandre Borges de Oliveira
Contador
CRC nº MG 119313/O-3

2025BH040924

© 2025. Para mais informações, contate a Deloitte Global.

1. INTRODUÇÃO

A administração da Eletroriver S.A. (“Companhia” ou “Eletroriver”), sociedade anônima de capital aberto, registrada perante a Comissão de Valores Mobiliários (“CVM”) como categoria “B” desde julho de 2022, em cumprimento às determinações legais, apresenta o resultado do primeiro trimestre de 2025. Os valores estão expressos em milhares de reais e fazem referência às informações financeiras intermediarias consolidadas da Companhia.

Constituída em 28 de maio de 1997, a Eletroriver tem por objeto social a geração, distribuição e comercialização de energia elétrica, assim como a promoção e/ou participação em empreendimentos privados de geração e distribuição de energia elétrica, deles se tornando ou não sócia, controladora ou não, compreendendo: (a) geração, distribuição e comercialização de energia elétrica; (b) o gerenciamento da obtenção e adequação dos recursos necessários para implantação dos mencionados empreendimentos; (c) implantação, com participação societária ou não, de empresas de geração, transmissão, distribuição e comercialização de energia elétrica; (d) a importação e/ou exportação de mão de obra, tecnologia e equipamentos, bem como suas peças e acessórios, necessários às atividades mencionadas nas alíneas anteriores; (e) participação em outras empresas, na qualidade de quotista ou acionista; e (f) a participação como quotista, em fundos de investimento regularmente constituídos.

Seu controle acionário é detido pela CS Energia S.A., companhia de capital fechado, com sede na cidade de Salvador, estado da Bahia, titular de ações representativas de 65,97% do capital social da Companhia.

Sua atuação está concentrada na gestão dos seus investimentos no capital social da BSB Energética S.A. (“BSB”) e da Brasil PCH S.A. (“Brasil PCH”), investida que detém, indiretamente, o controle acionário de 13 (treze) sociedades de propósito específico (“SPEs”) titulares, respectivamente, de autorizações emitidas pela Agência Nacional de Energia Elétrica (“ANEEL”) para exploração do potencial hidrelétrico de 13 (treze) pequenas centrais hidrelétricas (“PCHs”), com potência instalada total de 291,5MW, localizadas nos estados de Minas Gerais, Rio de Janeiro, Espírito Santo e Goiás, todas inscritas e contratadas no âmbito do Programa de Incentivo às Fontes Alternativas de Energia Elétrica (“PROINFA”).

A Brasil PCH, por sua vez, tem como únicas acionistas a Companhia e a BSB, titulares, respectivamente, de ações representativas de 70,00% e 30,00% do seu capital social. Assim, uma vez que a Companhia detém o controle acionário da BSB, sendo titular de ações representativas de 91,00% do capital votante, sua participação direta e indireta no Grupo Brasil PCH soma 97,30%.

2. INDICADORES

2.1. Financeiros e Patrimoniais Gerais

Visão geral: Os diretores entendem que, a partir da análise e revisão das informações financeiras intermediárias consolidadas da Companhia, essa apresenta condições financeiras e patrimoniais adequadas para implementar o seu plano de negócio e cumprir as suas obrigações de curto e longo prazo, baseada nos aspectos indicados abaixo. Apesar disso, a Companhia não pode garantir que tal situação permanecerá inalterada, especialmente considerando os riscos inerentes ao seu ramo de atividade bem como das suas controladas.

Disponibilidade de caixa: Em 31 de março de 2025, a Companhia encerrou o período com saldo de caixa, equivalentes de caixa e aplicações financeiras no valor de R$ 178.252 (R$ 127.029 em 31 de dezembro de 2024), representando aumento de R$ 51.223, equivalente a 40,32%, devido ao caixa gerado pelas operações (R$ 147.586), parcialmente compensado, principalmente, pelo pagamento de Debêntures (R$ 53.524), Imposto de Renda e Contribuição Social (R$ 37.557) e Instrumentos Derivativos (R$ 7.195).

Endividamento líquido: O endividamento líquido da Companhia é calculado pelo valor total dos passivos, subtraído dos montantes registrados em caixa e equivalentes de caixa e aplicações financeiras. A tabela a seguir apresenta o endividamento líquido no período findo em 31 de março de 2025 comparado com 31 de dezembro de 2024:

Indicadores financeiros (R$ mil)		Em	
		31/03/2025	31/12/2024
	Dívida Bruta[1]	2.691.755	2.578.539
(-)	Caixa e equivalentes de caixa e aplicações financeiras	178.252	127.029
(=)	Dívida Líquida[2]	2.513.503	2.451.510

O aumento da dívida líquida no montante de R$ 61.993, equivalente a 2,53%, deve-se, principalmente, ao aumento de dividendos a pagar (R$ 139.068) no passivo circulante, parcialmente compensado pela redução do saldo de impostos, contribuições e taxas a recolher (R$ 30.518) e aumento do saldo de caixa, equivalentes de caixa e aplicações financeiras (R$ 51.223).

Indicadores Financeiros: Os indicadores financeiros utilizados pela Companhia são o índice de liquidez corrente e o índice de liquidez geral.

O índice de liquidez corrente é calculado pela razão do (i) saldo do ativo circulante pelo (ii) saldo do passivo circulante. O quadro a seguir traz o respectivo indicador para o período findo em 31 de março de 2025, comparado com o apurado em 31 de dezembro de 2024:

Liquidez Corrente	**Em**	
(R$ mil)	**31/03/2025**	**31/12/2024**
Ativo Circulante (i)	378.966	323.091
Passivo Circulante (ii)	855.891	699.674
Liquidez Corrente ((i)/(ii))	0,44	0,46

Entre os períodos analisados, a capacidade da Companhia em honrar suas obrigações no curto prazo, apresentou redução de 4,35%, atingindo o índice de 0,44x, frente aos 0,46x apurados em 31 de dezembro de 2024, devido, principalmente, à elevação dos dividendos a pagar (R$ 139.068), debêntures a pagar

[1] A Dívida Bruta é uma medida não contábil calculada pela Companhia, sendo possível ser conciliada com as demonstrações financeiras consolidadas da Companhia, a qual é composta pelo saldo dos passivos circulantes e não circulantes. A Dívida Bruta não é uma medida de liquidez ou endividamento reconhecida pelas práticas contábeis adotadas no Brasil e nem pelo IFRS e não possui significado padrão. Outras companhias podem calcular a sua dívida bruta de forma distinta não havendo, desta forma, comparação entre as divulgações.

[2] A Dívida Líquida da Companhia é uma medida não contábil calculada pela Companhia, sendo possível ser conciliada com as demonstrações financeiras consolidadas da Companhia, a qual é composta pelo saldo dos passivos circulantes e não circulantes, descontada de caixa e equivalentes de caixa e aplicações financeiras. A Dívida Líquida não é uma medida de liquidez ou endividamento reconhecida pelas práticas contábeis adotadas no Brasil e nem pelo IFRS e não possui significado padrão. Outras companhias podem calcular a sua dívida líquida de forma distinta não havendo, desta forma, comparação.

no curto prazo (R$ 33.937) e instrumento financeiro derivativo - SWAP Brasil PCH[3] (R$ 5.000), parcialmente compensada pelo aumento (R$ 51.223) do montante registrado a título de caixa, equivalentes de caixa e de aplicações financeiras.

Já o índice de liquidez geral é calculado pela razão do (a.1) saldo do ativo circulante somado ao (a.2) ativo não circulante pelo (b.1) passivo circulante acrescido do (b.2) passivo não circulante. O quadro a seguir traz a reconciliação do indicador nos períodos findos em 31 de março de 2025 e 31 de dezembro de 2024:

Liquidez Geral	**Em**	
(R$ mil)	**31/03/2025**	**31/12/2024**
Ativo Circulante (a.1)	378.966	323.091
Ativo Não Circulante (a.2)	3.214.429	3.236.859
Passivo Circulante (b.1)	855.891	699.674
Passivo Não Circulante (b.2)	1.835.864	1.878.865
Liquidez Geral [(a.1) + (a.2) / (b.1) + (b.2)]	**1,33**	**1,38**

Em 31 de março de 2025, o índice de liquidez geral atingiu o valor de 1,33x, inferior (3,62%), portanto, ao apurado em 31 de dezembro de 2024 (1,38x), devido, principalmente, ao aumento do saldo de dividendos a pagar aos acionistas da Companhia (R$ 139.068), redução do imobilizado e intangível (R$ 22.778), parcialmente compensada pela redução do saldo de impostos, contribuições e taxas a recolher (R$ 30.518) e aumento (R$ 51.223) do saldo de caixa, equivalentes de caixa e de aplicações financeiras.

2.2. Estrutura de capital

Em 31 de março de 2025, o patrimônio líquido consolidado da Companhia montava R$ 901.640, ao passo que, ao final do exercício encerrado em 31 de dezembro de 2024, somava R$ 981.411, apresentando, portanto, redução (R$ 79.771) equivalente a 8,13%, devido, principalmente, à aprovação da distribuição de dividendos (R$ 135.040) aos acionistas da Companhia, parcialmente compensado pelos lucros acumulados do período (R$ 57.688).

Já os passivos totais, apurados no período foram de R$ 2.691.755, representando aumento de R$ 113.216, equivalente a 4,39%, frente ao valor apurado em 31 de dezembro de 2024 (R$ 2.578.539) devido, principalmente, ao aumento (R$ 139.068) do saldo de dividendos a pagar aos acionistas da Companhia, parcialmente compensados pela redução do saldo de impostos, contribuições e taxas a recolher (R$ 30.518).

Assim, ao final do período findo em 31 de março de 2025, a estrutura de capital da Companhia contemplava 25,09% de capital próprio (patrimônio líquido) e 74,91% de capital de terceiros (passivo total), enquanto em 31 de dezembro de 2024 era composta por 27,57% de capital próprio e 72,43% de capital de terceiros, conforme evidenciado pela tabela a seguir:

[3] Contrato de Convênio para Celebração de Operações de Derivativos, celebrado pela Brasil PCH com o Itaú Unibanco S.A., operação de SWAP das Debêntures da 1ª Séria da 1ª Emissão da Brasil PCH, visando que os fluxos financeiros das Debêntures Brasil PCH - 1ª Série acrescidos do SWAP Brasil PCH sejam idênticos aos da segunda série (“SWAP Brasil PCH”).

Indicadores de investimento	Em				2025x2024
	31/03/2025		31/12/2024		
	(R$ mil)	AV %	(R$ mil)	AV %	AH %
Patrimônio Líquido	901.640	25,09%	981.411	27,57%	-8,13%
Passivo Total	2.691.755	74,91%	2.578.539	72,43%	4,39%
Total	**3.593.395**	**100,00%**	**3.559.950**	**100,00%**	**0,94%**

Os Diretores da Companhia entendem que a atual estrutura de capital, mensurada inclusive pela relação do seu passivo total e patrimônio líquido, apresenta níveis adequados de alavancagem.

2.3. Capacidade de pagamento em relação aos compromissos financeiros assumidos

Considerando as disponibilidades da Companhia, os valores registrados no passivo circulante a título de debêntures, cédula de crédito bancário ("CCB") e SWAP Brasil PCH, bem como o fluxo de recursos decorrentes de seus investimentos, os diretores entendem que, na data de emissão deste relatório, o fluxo de caixa da Companhia está adequado às suas necessidades de curto prazo, conforme quadro abaixo:

Fluxo líquido de caixa	Exposição
(R$ mil)	31/03/2025
Caixa e equivalentes de caixa	178.252
Títulos de dívida inferiores a 1 ano (debêntures, CCB e SWAP Brasil PCH)	(423.845)
Endividamento líquido inferior a 1 ano	(245.593)

Nesse sentido, cumpre ressaltar que a capacidade de pagamento dos compromissos financeiros assumidos pela Companhia está diretamente vinculada à geração de caixa e distribuição de dividendos pela BSB e pela Brasil PCH.

Assim, considerando o histórico de distribuição de dividendos por BSB e Brasil PCH, ambos lastreados no resultado da operação das 13 (treze) PCHs, todas (i) inscritas e contratadas no âmbito do PROINFA até os anos de 2028 ou 2029, conforme o caso, (ii) integrantes do Mecanismo de Realocação de Energia ("MRE") e (iii) optantes pela Repactuação do Risco Hidrológico, na Modalidade SP100, os fluxos de caixa da Brasil PCH e, consequentemente, da Companhia apresentam, no entendimento da administração, estabilidade e previsibilidade compatíveis e adequados à gestão dos seus compromissos financeiros, conforme cronogramas pactuados.

Para mais informações sobre os fluxos de caixa dos períodos findos em 31 de março de 2025 e 31 de dezembro de 2024 vide item 3.2 abaixo.

2.4. Fontes de financiamento para capital de giro e para investimentos em ativos não-circulantes utilizadas

Para o período findo em 31 de março de 2025 e exercício social encerrado em 2024, foram utilizados como fontes de financiamento para capital de giro e para investimentos em ativos não circulantes recursos oriundos de seus investimentos na BSB e na Brasil PCH.

No período findo em 31 de março de 2025, registrou-se a geração operacional de caixa líquido de R$ 100.833 (R$ 107.893 mil em 31 de março de 2024), representando redução de R$ 7.060, equivalente a 6,54%, devido, principalmente, ao aumento (R$ 14.228) do desembolso a título de imposto de renda e contribuição social, parcialmente compensado pela redução (R$ 8.078) dos juros pagos sobre debêntures, enquanto suas atividades de financiamento foram responsáveis pela geração de caixa líquido

no montante negativo de R$ 50.484 (R$ 73.887 negativos em 31 de março de 2024), representando aumento de R$ 23.404, equivalente a 31,67%, devido, principalmente ao não pagamento de dividendos aos acionistas da Companhia no primeiro trimestre de 2025, parcialmente compensados, pelo maior (R$ 16.195) pagamento de debêntures .

2.5. Fontes de financiamento para capital de giro e para investimentos em ativos não circulantes que pretende utilizar para cobertura de deficiências de liquidez

As principais fontes de recursos para suprir eventual necessidade de capital, no curso regular dos negócios da Companhia, decorre dos seus acionistas e/ou investimentos em controladas.

2.6. Níveis de endividamento e as características de tais dívidas

Com base nas informações financeiras intermediárias consolidadas da Companhia no período findo em 31 de março de 2025, o saldo dos empréstimos e financiamentos é de R$ 1.650.756 (R$ 1.642.770 em 31 de dezembro de 2024), valor que engloba a CCB e as debêntures emitidas pela Companhia, as debêntures da BSB e da Brasil PCH, bem como o SWAP Brasil PCH.

Para fins desse item, o nível de endividamento foi calculado considerando a soma dos empréstimos e financiamentos registrados no passivo circulante e não circulante, deduzidos dos valores registrados como caixa e equivalentes de caixa e aplicações financeiras, totalizando R$ 1.472.504 (R$ 1.515.741 em 31 de dezembro de 2024).

As principais características do endividamento da Companhia, nos períodos analisados estão indicadas na tabela abaixo:

Natureza	Moeda	Taxa de Juros	Vencimento	Em	
		% a.a.		31/03/2025	31/12/2024
Debênture 1ª Série ELRV11	(R$)	7,04% +IPCA	15/04/2030	712.713	684.411
Debênture 1ª Série BSBE11	(R$)	7,04% +IPCA	15/04/2030	305.449	293.320
Debênture 1ª Série BPCH11	(R$)	2,39%+ CDI	15/11/2026	150.985	169.068
Debenture 2ª Série BPCH21	(R$)	8,2647%+IPCA	15/11/2026	213.772	234.061
Empréstimo - CCB	(R$)	1,39% + CDI	16/06/2028	207.744	199.873
Instrumento Fin. Derivativo (SWAP Brasil PCH)	(R$)	IPCA+8,2647%	15/11/2026	60.093	62.037
Total de Empréstimos e Financiamentos (A)				1.650.756	1.642.770
Caixa e Equivalentes de Caixa e Aplicações Financeiras (B)				178.252	127.029
Dívida Líquida de Empréstimos e Financiamentos (A) – (B)				**1.472.504**	**1.515.741**

Contratos de empréstimo e financiamento relevantes: Em 31 de março de 2025, as informações financeiras intermediárias consolidadas da Companhia englobam 01 (uma) CCB e 03 (três) contratos de emissão de títulos de valores mobiliários (debêntures), conforme relacionadas a seguir:

Empréstimo – CCB: Cédula de Crédito Bancário emitida pela Companhia em 16 de dezembro de 2024, com prazo de vencimento de 3 (três) anos e 6 (seis) meses, vencendo, portanto, em 16 de junho de 2028 (“Data de Vencimento CCB”). Incidem juros remuneratórios equivalentes à Taxa CDI, acrescida de spread (sobretaxa) de 1,39% (um inteiro e trinta e nove centésimos por cento) ao ano, calculados de forma exponencial *pro rata temporis*.

A emissão da CCB foi previamente autorizada por 100% dos debenturistas da 1ª (primeira) emissão de debêntures da Companhia, reunidos em Assembleia Geral de Debenturistas realizada em 16 de dezembro

de 2024, renunciando ao exercício do direito de declarar antecipadamente vencidas as Debêntures, única e exclusivamente em decorrência da emissão da CCB, de forma que, nesse caso, não será caracterizado qualquer descumprimento da Escritura de Emissão.

Debêntures Série Única – ELRV11: emitidas pela Companhia em 15 de setembro de 2021 ("Data de Emissão"), com prazo de vencimento de 8,5 anos, vencendo, portanto, em 15 de abril de 2030 ("Data de Vencimento"). Foram emitidas 805 debêntures, no valor nominal unitário de R$ 1, perfazendo, na Data de Emissão, o valor total de R$ 805.000 ("Debêntures Eletroriver"). O valor nominal das Debêntures Eletroriver será atualizado pela variação acumulada do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo ("IPCA"), conforme fórmula constante da escritura de emissão ("Valor Nominal Atualizado"). Sobre o Valor Nominal Atualizado incidirão juros remuneratórios correspondentes a 7,04% ao ano. O pagamento dessa remuneração é semestral, sendo o primeiro pagamento em 15 de abril de 2022 e o último na Data de Vencimento. O principal será amortizado em 17 (dezessete) parcelas semestrais consecutivas, sendo a primeira parcela em 15 de abril de 2022 e a última na Data de Vencimento. Os recursos líquidos captados foram utilizados, principalmente, para a aquisição de participação adicional na Brasil PCH.

Debênture Série Única – BSB11: emitidas pela BSB em 15 de setembro de 2021 ("Data de Emissão Debêntures BSB"), com prazo de vencimento de 8,5 anos, vencendo, portanto, em 15 de abril de 2030 ("Data de Vencimento Debêntures BSB"). Foram emitidas 345.000 debêntures, no valor nominal unitário de R$ 1 ("Debêntures BSB"), perfazendo, na Data de Emissão Debêntures BSB, o valor total de R$ 345.000. O valor nominal das Debêntures BSB será atualizado pela variação acumulada do IPCA, conforme fórmula constante da escritura de emissão ("Valor Nominal Atualizado Debêntures BSB"). Sobre o Valor Nominal Atualizado Debêntures BSB incidem juros remuneratórios correspondentes a 7,04 % ao ano. O pagamento da remuneração é semestral, sendo o primeiro pagamento em 15 de abril de 2022 e o último na Data de Vencimento Debêntures BSB. O principal será amortizado em 17 (dezessete) parcelas semestrais consecutivas, sendo a primeira parcela em 15 de abril de 2022 e a última na Data de Vencimento Debêntures BSB. Os recursos líquidos captados foram utilizados, principalmente, para a aquisição de participação adicional na Brasil PCH.

Debênture 1ª Série – BPCH11: emitidas em 15 de outubro de 2018 ("Data de Emissão Debêntures Brasil PCH – 1ª Série"), com prazo de vencimento de 97 meses, vencendo, portanto, em 15 de novembro de 2026 ("Data de Vencimento Debêntures Brasil PCH – 1ª Série"). Foram emitidas 450.000 debêntures, no valor nominal unitário de R$ 1 ("Debêntures Brasil PCH – 1ª Série"), perfazendo, na Data de Emissão Debêntures Brasil PCH – 1ª Série, o valor total de R$ 450.000. Sobre o valor nominal unitário das debêntures incidem, juros remuneratórios correspondentes a 100% da variação acumulada das taxas médias diárias dos Depósitos Interfinanceiros – DI de um dia, calculadas nos termos da escritura de emissão ("Taxa DI"), acrescida exponencialmente de sobretaxa de 2,39% (dois inteiros e trinta e nove centésimos por cento) ao ano. O principal será amortizado em 31 (trinta e uma) parcelas trimestrais consecutivas, sendo a primeira parcela em 15 de fevereiro de 2019 e a última na Data de Vencimento Debêntures Brasil PCH – 1ª Série. Os recursos líquidos captados foram utilizados, principalmente, para a quitação integral de dívidas existentes na data da emissão.

Debênture 2ª Série – BPCH21: emitidas pela Brasil PCH em 15 de outubro de 2018 ("Data de Emissão Debêntures Brasil PCH – 2ª Série"), com prazo de vencimento de 97 meses, vencendo, portanto, em 15

de novembro de 2026 (“Data de Vencimento Debêntures Brasil PCH – 2ª Série”). Foram emitidas 450.000 debêntures, no valor nominal unitário de R$ 1 (“Debêntures Brasil PCH – 2ª Série” e, em conjunto com Debêntures Brasil PCH – 1ª Série, “Debêntures Brasil PCH”), perfazendo, na Data de Emissão Debêntures Brasil PCH – 2ª Série, o valor total de R$ 450.000. O valor nominal das Debêntures é atualizado pela variação acumulada do IPCA, conforme fórmula constante da escritura de emissão (“Valor Nominal Atualizado Debêntures Brasil PCH – 2ª Série”). Sobre o Valor Nominal Atualizado Debêntures Brasil PCH – 2ª Série incidem juros remuneratórios correspondentes a 8,2647%. O principal será amortizado em 31 (trinta e uma) parcelas trimestrais consecutivas, sendo a primeira parcela em 15 de fevereiro de 2019 e a última na Data de Vencimento Debêntures Brasil PCH – 2ª Série. Os recursos líquidos captados foram utilizados, principalmente, para a quitação integral de dívidas existentes na data da emissão.

Outras relações de longo prazo com instituições financeiras: No período findo em 31 de março de 2025 e 31 de dezembro de 2024, estava vigente o SWAP Brasil PCH, estruturado visando que os fluxos financeiros das Debêntures Brasil PCH - 1ª Série acrescidos do SWAP Brasil PCH sejam idênticos aos da segunda série.

Grau de subordinação entre as dívidas: Os contratos de empréstimos, financiamentos e arrendamentos mercantis são garantidos por meio de diversos instrumentos.

As Debêntures Eletroriver e as Debêntures BSB são garantidas pela alienação fiduciária da totalidade das ações representativas da integralidade do capital social da Brasil PCH, na proporção de suas participações na controlada.

Já as Debêntures Brasil PCH, assim como o SWAP Brasil PCH, compartilham, dentre outras garantias: (i) da alienação fiduciária da totalidade das ações, existentes e que venham a ser emitidas pelas sociedades de propósito específico (“SPEs”) e detidas pela PCHPAR PCH Participações S.A. (“PCHPAR”), assim como aquelas de emissão da PCHPAR; (ii) de garantias fidejussórias prestadas pela PCHPAR e pelas SPEs; e (iii) cessão fiduciária de direitos emergentes das autorizações concedidas às SPEs pela ANEEL, assim como dos direitos creditórios oriundos dos contratos de compra e venda de energia firmados no âmbito do PROINFA.

As operações garantidas por alienação fiduciária de bens foram classificadas como sendo de garantia real e estariam excluídas em caso de concurso de credores. As demais obrigações foram classificadas como garantia quirografária e não há subordinação entre elas.

Cumpre ressaltar que a CCB da Eletroriver não conta com garantias, apenas com restrições impostas ao Emissor, conforme dispostas no item abaixo.

Eventuais restrições impostas ao emissor, em especial, em relação a limites de endividamento e contratação de novas dívidas, à distribuição de dividendos, à alienação de ativos, à emissão de novos valores mobiliários e à alienação de controle societário, bem como se o emissor vem cumprindo essas restrições: Em 15 de setembro de 2021, a Companhia realizou a emissão das Debêntures, cuja escritura de emissão traz hipóteses usuais de vencimento antecipado automático e não automático, tais como eventuais mudanças ou transferência do controle acionário da Companhia ou da Brasil PCH, contratação de novas dívidas, incluindo nova emissão de debêntures, celebração de contratos de mútuo e realização de adiantamento para futuro aumento de capital.

Adicionalmente, a Companhia está obrigada, desde o ano de 2022 a manter índice de cobertura do serviço da dívida ("ICSD Debêntures ELR") de 1,20x ou superior. O não cumprimento dos covenants e demais disposições contratuais podem sujeitar a Companhia ao vencimento antecipado da dívida.

Com relação ao cumprimento do ICSD, não houve apuração para o período findo em 31 de março de 2025, conforme determinado na escritura de emissão de debêntures.

Outrossim, as Debêntures trazem hipóteses de vencimento antecipado referentes a ações da Brasil PCH vinculadas a novos empréstimos e/ou financiamentos, alterações na escritura da emissão de debêntures da Brasil PCH, bem como vinculadas a questões operacionais quanto à permanência das SPEs no MRE, término de determinados contratos no âmbito do PROINFA, não manutenção da repactuação do risco hidrológico e/ou determinadas modificações de características físicas dos empreendimentos.

Em decorrência da emissão da CCB, a Companhia está subordinada ainda a hipóteses de vencimento antecipado, incluindo, dentre outros, restrições quanto a alteração do objeto social, alteração da composição do capital social da Companhia ou redução do capital social, mudança, transferência ou cessão de controle societário, incorporação, fusão ou cisão sem prévia anuência expressa dos credores, bem como a manutenção, em caso de pagamento de dividendos, lucros, juros sobre o capital próprio, e/ou outras formas de distribuição de lucros aos acionistas e de Índice de Cobertura do Serviço da Dívida ("ICSD CCB") superior a 1,10x.

3. ANÁLISE DOS RESULTADOS

Alterações significativas em itens de resultado e de fluxo de caixa: As informações financeiras contidas e analisadas a seguir são derivadas das informações financeiras consolidadas da Companhia relativas ao período encerrado em 31 de março de 2025 e 2024 elaboradas em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com o IFRS, aplicáveis às empresas no Brasil registradas na CVM.

3.1. Demonstrativo de Resultados

No quadro abaixo seguem apresentados os resultados apurados pela Companhia para o período findo em 31 de março 2025, comparados com os resultados obtidos no mesmo período do ano anterior.

Demonstração do Resultado - Consolidado	No período findo em 31 de março 2025 comparado com o mesmo período de 2024				
	31/03/2025		31/03/2024		
	(R$/mil)	AV(%)	*(R$/mil)*	AV(%)	AH(%)
RECEITA LÍQUIDA DE VENDAS	175.712	100,00%	175.599	100,00%	0,06%
CUSTOS DAS VENDAS DE ENERGIA					
Custos com depreciação e amortização	(21.984)	(12,51%)	(22.764)	(12,96%)	(3,43%)
Prêmio de risco (repactuação do risco hidrológico)	(6.857)	(3,90%)	(6.612)	(3,77%)	3,71%
Custos com pessoal	(4.981)	(2,83%)	(4.731)	(2,69%)	5,28%
Custos com manutenção	(2.827)	(1,61%)	(1.618)	(0,92%)	74,72%
Encargo de Uso do Sistema de Distribuição (EUSD)	(2.884)	(1,64%)	(2.541)	(1,45%)	13,50%
Custos com seguros	(2.485)	(1,41%)	(2.937)	(1,67%)	(15,39%)
Custos com operação	(595)	(0,34%)	(327)	(0,19%)	81,96%
Taxas setoriais	(314)	(0,18%)	(301)	(0,17%)	4,32%
Custos com meio ambiente	(42)	(0,02%)	(108)	(0,06%)	(61,11%)
Outros custos	1.150	0,65%	(30)	(0,02%)	(3.933,33%)
Total do custo das vendas de energia					
LUCRO BRUTO	133.893	76,20%	133.630	76,10%	0,20%

Demonstração do Resultado - Consolidado	No período findo em 31 de março 2025 comparado com o mesmo período de 2024				
	31/03/2025		31/03/2024		
	(R$/mil)	AV(%)	*(R$/mil)*	AV(%)	AH(%)
OUTRAS RECEITAS(DESPESAS)					
Despesas com pessoal e administradores	(3.036)	(1,73%)	(3.057)	(1,74%)	(0,69%)
Despesas administrativas e gerais	(1.894)	(1,08%)	(1.714)	(0,98%)	10,50%
Depreciação e amortização	(215)	(0,12%)	(215)	(0,12%)	0,00%
Receita com indenizações recebidas	442	0,25%	-	0,00%	100,00%
Outras despesas/receitas	56	0,03%	8	0,00%	600,00%
Total Outras Receitas (Despesas)	(4.647)	(2,64%)	(4.978)	(2,83%)	(6,65%)
Resultado de equivalência patrimonial					
LUCRO ANTES DO RESULTADO FINANCEIRO E IMPOSTOS	129.246	73,56%	128.652	73,26%	0,46%
Despesas financeiras	(68.869)	(39,19%)	(66.649)	(37,96%)	3,33%
Receitas financeiras	8.430	4,80%	6.868	3,91%	22,74%
Total do resultado financeiro	(60.439)	(34,40%)	(59.781)	(34,04%)	(1,10%)
LUCRO ANTES DO IMPOSTO DE RENDA E DA CONTRIBUIÇÃO SOCIAL	68.807	39,16%	68.871	39,22%	(0,09%)
IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL	(9.249)	(5,26%)	(11.804)	(6,72%)	(21,65%)
LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO	59.558	33,90%	57.067	32,50%	4,37%

Receita líquida de vendas: A receita líquida atingiu, no período findo em 31 de março de 2025, o montante de R$ 175.712, representando aumento de R$ 113, equivalente a 0,06%, quando comparado a 31 de março de 2024, quando foram registrados R$ 175.599, tendo em vista, principalmente, o retorno da controlada indireta, Jataí Energética S.A., para tributação pelo regime de lucro presumido e consequente redução dos impostos sobre a comercialização de energia.

Lucro Bruto: Em 31 de março de 2025, foi apurado lucro bruto no montante de R$ 133.893, representando aumento de R$ 263, correspondente a 0,20%, se comparado ao registrado no período anterior, quando se verificou o montante de R$ 133.630, devido, principalmente ao aumento da receita líquida de vendas (R$ 113) e redução (R$ 150) do custo das vendas de energia.

Lucro antes do resultado financeiro e impostos: Em 31 de março de 2025, o lucro antes do resultado financeiro e impostos totalizou R$ 129.246, representando aumento de R$ 594, equivalente a 0,46%, se comparado ao período findo em 31 de março de 2024, quando totalizou R$ 128.652, devido aos fatores acima bem como à receita com indenizações recebidas (R$ 442).

Despesas financeiras: Em 31 de março de 2025, as despesas financeiras totalizaram R$ 68.869, representando aumento de R$ 2.220, equivalente a 3,33%, se comparadas com 31 de março de 2024, quando totalizaram R$ 66.649, devido, principalmente, à emissão da CCB.

Total do resultado financeiro: Em 31 de março de 2025, apurou-se resultado financeiro de R$ 60.439 negativos, representando redução de R$ 658, equivalentes a 1,10%, se comparado com 31 de março de 2024, quando apurou-se resultado também negativo de R$ 59.781, devido, principalmente, à emissão da CCB, parcialmente compensada pelo aumento (R$ 1.562) das receitas financeiras nos períodos comparados.

Imposto de Renda e Contribuição Social: As apurações do imposto de renda e da contribuição social totalizaram R$ 9.249, em 31 de março de 2025, representando redução de R$ 2.555, equivalente a 21,65%, se comparado com 31 de março de 2024, quando totalizou R$ 11.804, devido, principalmente, ao retorno da controlada indireta Jataí Energética S.A., ao regime de tributação pelo lucro presumido.

Lucro líquido do exercício: Em decorrência dos fatores acima, apurou-se lucro líquido de R$ 59.558 em 31 de março de 2025, representando aumento de R$ 2.491, equivalente a 4,37%, se comparado ao mesmo período de 2024, quando totalizou R$ 57.067.

3.2. Demonstrativo de Fluxo de Caixa

No quadro abaixo segue apresentado o fluxo de caixa da Companhia e suas controladas, comparados com os resultados obtidos no mesmo período do ano anterior.

Demonstrações de fluxo de caixa (Período de três meses - Consolidado)	Em		AH (%)
	31/03/2025 (R$/mil)	31/03/2024 (R$/mil)	
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	113.229	135.650	(16,53%)
Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais	100.833	107.893	(6,54%)
Caixa gerado pelas (aplicado nas) atividades de investimento	(64.897)	(51.794)	25,30%
Caixa gerado pelas (aplicado nas) atividades de financiamento	(50.484)	(73.887)	(31,67%)
Caixa e equivalentes de caixa no fim do exercício	**98.681**	**117.862**	**(16,27%)**

Fluxo de caixa das atividades operacionais: Em 31 de março de 2025, apurou-se geração de caixa líquido decorrente das atividades operacionais no montante de R$ 100.833, frente aos R$ 107.893 apurados no mesmo período do ano anterior, representando redução de R$ 7.060, equivalente a 6,54%, devido, principalmente, ao maior (R$ 14.228) pagamento de imposto de renda e contribuição social no período, parcialmente compensados pela redução nos pagamentos de juros sobre debêntures (R$ 8.078).

Fluxo de caixa das atividades de investimento: Em 31 de março de 2025, o fluxo de caixa decorrente das atividades de investimento somou R$ 64.897 negativos, frente aos R$ 51.794 negativos registrados no mesmo período do ano de 2024, representando variação para menor de R$ 13.103, equivalente a 25,30%, devido, principalmente, ao maior (R$ 13.580) volume de aplicações financeiras.

Fluxo de caixa das atividades de financiamento: Em 31 de março de 2025, o fluxo aplicado nas atividades de financiamento somou R$ 50.484 negativos, frente aos R$ 73.887 também negativos registrados no mesmo período de 2024, representando redução de R$ 23.403 mil, equivalentes a 31,67%, devido, principalmente, ao não pagamento de dividendos aos acionistas, parcialmente compensado pelo maior (R$ 16.195) pagamento de principal das debêntures.

Caixa e equivalentes de caixa no fim do exercício: Por todo o exposto acima, registrou-se saldo de caixa e equivalentes de caixa em 31 de março de 2025 no montante de R$ 98.681, representando redução de R$ 19.181, equivalente a 16,27%, frente aos R$ 117.862 registrados no mesmo período do exercício anterior.

ELETRORIVER S.A. E CONTROLADAS

BALANÇO PATRIMONIAL LEVANTADO EM 31 DE MARÇO DE 2025

(Valores expressos em milhares de reais - R$)

ATIVOS	Nota explicativa	Controladora 31/03/2025	Controladora 31/12/2024	Consolidado 31/03/2025	Consolidado 31/12/2024
ATIVOS CIRCULANTES					
Caixa e equivalentes de caixa	5	26.640	4.071	98.681	113.229
Aplicações financeiras	6	38.514	205	79.571	13.800
Contas a receber de clientes	7	-	-	189.425	182.650
Dividendos a receber	9	380.724	253.541	-	-
Impostos a recuperar		866	864	8.436	8.113
Despesas antecipadas		1	2	2.487	4.994
Outros ativos circulantes		1	-	366	305
Total dos ativos circulantes		446.746	258.683	378.966	323.091
ATIVOS NÃO CIRCULANTES					
Impostos e contribuições diferidos		-	-	372	396
Impostos a recuperar		-	-	253	252
Depósitos judiciais	8	-	-	20.997	20.626
Outros ativos não circulantes		-	-	287	287
Investimentos em controladas	10	1.611.332	1.706.235	-	-
Imobilizado	12	-	-	1.240.362	1.252.975
Intangível	13	-	-	1.952.158	1.962.323
Total dos ativos não circulantes		1.611.332	1.706.235	3.214.429	3.236.859
TOTAL DOS ATIVOS		2.058.078	1.964.918	3.593.395	3.559.950

PASSIVOS E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	Nota explicativa	Controladora 31/03/2025	Controladora 31/12/2024	Consolidado 31/03/2025	Consolidado 31/12/2024
PASSIVOS CIRCULANTES					
Fornecedores		15	7	1.881	1.539
Seguros a pagar		-	-	-	3.279
Debêntures	14.1	130.527	115.996	386.018	352.081
Empréstimo - CCB	14.2	7.410	694	7.410	694
Obrigações trabalhistas e previdenciárias		-	-	2.209	2.519
Impostos, contribuições e taxas a recolher	16	94	157	10.749	41.267
Dividendos a pagar	19.5	277.021	141.981	288.586	149.518
Provisão para férias e 13º salário		-	-	2.728	2.231
Receita diferida	17	-	-	3.868	4.251
Instrumento financeiro derivativo - SWAP	14.1	-	-	30.417	25.417
Provisões para compromissos futuros	15	-	-	6.505	8.261
Passivo de arrendamento		-	-	494	448
Outros passivos	1.2	-	-	115.026	108.169
Total dos passivos circulantes		415.067	258.835	855.891	699.674
PASSIVOS NÃO CIRCULANTES					
Debêntures	14.1	569.475	555.023	994.828	1.028.182
Empréstimo - CCB	14.2	199.262	199.179	199.262	199.179
Instrumento financeiro derivativo - SWAP	14.1	-	-	29.676	36.620
Passivo de arrendamento		-	-	17	173
Impostos e contribuições diferidas	24	-	-	559.342	562.209
Impostos, contribuições e taxas a recolher	16	-	-	16.704	16.353
Provisões para compromissos futuros	15	-	-	31.025	31.295
Provisões para riscos	18	-	-	5.010	4.854
Total dos passivos não circulantes		768.737	754.202	1.835.864	1.878.865
		1.183.804	1.013.037	2.691.755	2.578.539
PATRIMÔNIO LÍQUIDO	19				
Capital social		66.071	66.071	66.071	66.071
Reservas de lucros		732.753	732.753	732.753	732.753
Dividendos adicionais propostos		-	135.040	-	135.040
Ajuste de avaliação patrimonial		17.762	18.017	17.762	18.017
Lucros acumulados controladora		57.688	-	57.688	-
Patrimônio líquido dos acionistas controladores		874.274	951.881	874.274	951.881
Participação dos acionistas não controladores		-	-	27.366	29.530
Total do patrimônio liquido		874.274	951.881	901.640	981.411
TOTAL DOS PASSIVOS E DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO		2.058.078	1.964.918	3.593.395	3.559.950

As notas explicativas são parte integrante das informações financeiras intermediárias.

ELETRORIVER S.A. E CONTROLADAS

DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADO
PARA OS PERÍODOS DE TRÊS MESES FINDOS EM 31 DE MARÇO DE 2025 E 2024
(Valores expressos em milhares de reais - R$, exceto o lucro por ação)

	Nota explicativa	Controladora		Consolidado	
		31/03/2025	31/03/2024	31/03/2025	31/03/2024
RECEITA LÍQUIDA DE VENDAS	21	-	-	175.712	175.599
CUSTOS DAS VENDAS DE ENERGIA					
Custos com depreciação e amortização	22	-	-	(21.984)	(22.764)
Prêmio de risco (repactuação do risco hidrológico)	1.2	-	-	(6.857)	(6.612)
Custos com pessoal		-	-	(4.981)	(4.731)
Custos com manutenção		-	-	(2.827)	(1.618)
Encargo de uso dos sistemas elétricos de distribuição (EUSD)		-	-	(2.884)	(2.541)
Custos com seguros		-	-	(2.485)	(2.937)
Custos com operação		-	-	(595)	(327)
Taxas setoriais		-	-	(314)	(301)
Custos com meio ambiente		-	-	(42)	(108)
Outros custos		-	-	1.150	(30)
Total do custo das vendas de energia	22	-	-	(41.819)	(41.969)
LUCRO BRUTO		-	-	133.893	133.630
OUTRAS RECEITAS (DESPESAS)					
Despesas com pessoal e administradores		(42)	(50)	(3.036)	(3.057)
Despesas administrativas e gerais	22	(235)	(262)	(1.894)	(1.714)
Depreciação e amortização	22	-	-	(215)	(215)
Receita com indenizações recebidas		-	-	442	-
Outras receitas (despesas), líquidas	22	-	-	56	8
	22	(277)	(312)	(4.647)	(4.978)
Resultado de equivalência patrimonial	10	93.435	83.455	-	-
LUCRO ANTES DO RESULTADO FINANCEIRO E IMPOSTOS		93.158	83.143	129.246	128.652
Despesas financeiras	23	(35.817)	(29.022)	(68.869)	(66.649)
Receitas financeiras	23	347	1.339	8.430	6.868
Total do resultado financeiro		(35.470)	(27.683)	(60.439)	(59.781)
LUCRO ANTES DO IMPOSTO DE RENDA E DA CONTRIBUIÇÃO SOCIAL		57.688	55.460	68.807	68.871
Corrente	24	-	-	(12.106)	(14.699)
Diferido	24	-	-	2.857	2.895
IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL		-	-	(9.249)	(11.804)
LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO		57.688	55.460	59.558	57.067
LUCRO ATRIBUÍDO AOS ACIONISTAS CONTROLADORES				57.688	55.460
LUCRO ATRIBUÍDO AOS ACIONISTAS NÃO CONTROLADORES				1.870	1.607
LUCRO BÁSICO/ DILUÍDO POR AÇÃO - R$	19	0,9356	0,8995		

As notas explicativas são parte integrante das informações financeiras intermediárias.

ELETRORIVER S.A. E CONTROLADAS

DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS ABRANGENTES
PARA OS PERÍODOS DE TRÊS MESES FINDOS EM 31 DE MARÇO DE 2025 E 2024
(Valores expressos em milhares de reais - R$)

	Controladora		Consolidado	
	31/03/2025	31/03/2024	31/03/2025	31/03/2024
LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO	57.688	55.460	59.558	57.067
Itens que poderão ser reclassificados subsequentemente para a demonstração do resultado:				
Ganho (perda) de valor justo de instrumentos de "hedge" durante o exercício	(255)	3.419	(261)	3.511
RESULTADO ABRANGENTE DO TOTAL	57.433	58.879	59.297	60.578
LUCRO ATRIBUÍDO AOS ACIONISTAS CONTROLADORES			57.433	58.879
LUCRO ATRIBUÍDO AOS ACIONISTAS NÃO CONTROLADORES			1.864	1.699

As notas explicativas são parte integrante das informações financeiras intermediárias.

ELETRORIVER S.A. E CONTROLADAS

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO
PARA OS PERÍODOS DE TRÊS MESES FINDOS EM 31 DE MARÇO DE 2025 E 2024
(Valores expressos em milhares de reais - R$)

	Nota explicativa	Capital social	Reservas de lucros		Dividendos adicionais propostos	Ajuste de avaliação patrimonial	Lucros acumulados controladora	Patrimônio líquido controladora	Participação de acionistas não controladores	Patrimônio líquido consolidado
			Reserva legal	Reserva de Lucros a Realizar						
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023		66.071	13.214	719.539	157.732	10.503	-	967.059	29.867	996.926
Dividendos adicionais aprovados referente a 2023	19.5	-	-	-	(157.732)	-	-	(157.732)	(4.571)	(162.303)
Lucro líquido do período		-	-	-	-	-	55.460	55.460	1.607	57.067
Ajuste de avaliação patrimonial reflexa de controladas	19.6	-	-	-	-	3.419	-	3.419	92	3.511
SALDOS EM 31 DE MARÇO DE 2024		66.071	13.214	719.539	-	13.922	55.460	868.206	26.995	895.201
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024		66.071	13.214	719.539	135.040	18.017	-	951.881	29.530	981.411
Dividendos adicionais aprovados referente a 2024	19.5	-	-	-	(135.040)	-	-	(135.040)	(4.028)	(139.068)
Lucro líquido do período		-	-	-	-		57.688	57.688	1.870	59.558
Ajuste de avaliação patrimonial reflexa de controladas	19.6	-	-	-	-	(255)	-	(255)	(6)	(261)
SALDOS EM 31 DE MARÇO DE 2025		66.071	13.214	719.539	-	17.762	57.688	874.274	27.366	901.640

As notas explicativas são parte integrante das informações financeiras intermediárias.

ELETRORIVER S.A. E CONTROLADAS

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA
PARA OS PERÍODOS DE TRÊS MESES FINDOS EM 31 DE MARÇO DE 2025 E 2024
(Valores expressos em milhares de reais - R$)

	Nota	Controladora		Consolidado	
	explicativa	31/03/2025	31/03/2024	31/03/2025	31/03/2024
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS					
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social		57.688	55.460	68.807	68.871
Ajustes para conciliar o resultado às disponibilidades geradas pelas atividades operacionais:					
Resultado na baixa de ativo imobilizado e intangível		-	-	-	8
Receita com indenizações recebidas	22	-	-	(442)	-
Encargos financeiros sobre debêntures	14.1 e 23	28.302	28.299	55.582	59.904
Encargos financeiros sobre empréstimo - CCB	14.2 e 23	6.716	-	6.716	-
Amortização do ajuste a valor justo debêntures	14.1 e 23	-	-	(2.797)	(2.797)
Atualização financeira sobre depósitos judiciais		-	-	(421)	(57)
Atualização financeira sobre aplicações financeiras		(330)	(35)	(1.268)	(726)
Atualização financeira sobre impostos a recolher		-	-	367	-
Atualização financeira sobre compromissos futuros	15	-	-	275	123
Atualização financeira sobre contratos de aluguéis		-	-	46	-
Depreciação e amortização, líquidos dos efeitos dos créditos tributários de Pis e Cofins	22	-	-	22.199	22.979
Equivalência patrimonial	10	(93.435)	(83.455)	-	-
Prêmio de risco repactuação do risco hidrológico	1.2 e 22	-	-	6.857	6.612
Constituição do ajuste MRE	1.1	-	-	684	373
Apropriação do ajuste do MRE	1.1	-	-	(1.050)	(1.119)
Impostos e contribuições diferidos sobre ajuste MRE		-	-	24	(69)
Instrumentos financeiros derivativos (curva CDI x IPCA)	14.1 e 23	-	-	3.857	4.848
Custo de transação de Debêntures	14.1 e 23	681	680	1.322	1.321
Taxa de comissionamento - CCB	14.2	83	-	83	-
Constituição (Reversão) de Provisão para riscos, líquida	18	-	-	72	-
Atualização sobre provisões de riscos	18	-	-	84	(30)
Variações nos ativos e passivos:					
Contas a receber de clientes	7	-	-	(6.775)	(5.867)
Impostos a recuperar		(2)	(46)	(4.703)	3.700
Despesas antecipadas		-		2.507	2.959
Outros ativos		-		(78)	(41)
Fornecedores		8	7	441	(2.891)
Seguros a pagar		-	-	(3.279)	-
Obrigações trabalhistas e previdenciárias		-	-	(310)	(238)
Impostos e contribuições a recolher		(63)	24	(631)	(8.202)
Provisão de férias		-	-	497	-
Pagamento provisão para riscos	18	-	-	-	624
Pagamento compromissos futuros	15	-	-	(1.130)	(1.023)
Depósitos judiciais		-	-	50	(1.321)
Outros passivos		-	-	-	13
Caixa gerado pelas (aplicado nas) operações		(352)	934	147.586	147.954
Outros fluxos de caixa das atividades operacionais:					
Dividendos recebidos	9	60.900	120.751	-	-
Juros recebidos (pagos) sobre instrumento financeiro Swap	14.1	-	-	1.133	1.675
Juros pagos sobre debêntures	14.1	-	-	(10.329)	(13.835)
Imposto de renda e contribuição social pagos no período		-	-	(37.557)	(23.329)
Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais		60.548	121.685	100.833	112.465
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTOS					
Aquisição de imobilizado e intangível	12, 13 e 27	-	-	(836)	(871)
Aplicações em aplicações financeiras		(37.979)	(35.790)	(64.503)	(50.923)
Indenização do sinistro do ativo imobilizado		-	-	442	-
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimentos		(37.979)	(35.790)	(64.897)	(51.794)
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTOS					
Dividendos pagos	19	-	(40.000)	-	(42.159)
Debêntures pagas	14.1	-	-	(43.195)	(31.572)
Pagamento de arrendamento		-	-	(94)	(156)
Instrumentos derivativos pagos	14.1	-	-	(7.195)	(4.572)
Caixa líquido aplicado nas atividades de financiamentos		-	(40.000)	(50.484)	(78.459)
AUMENTO (REDUÇÃO) EM CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA		22.569	45.895	(14.548)	(17.788)
CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA					
No início do período	5	4.071	11.848	113.229	135.650
No fim do período	5	26.640	57.743	98.681	117.862
AUMENTO (REDUÇÃO) EM CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA		22.569	45.895	(14.548)	(17.788)

As notas explicativas são parte integrante das informações financeiras intermediárias.

ELETRORIVER S.A E CONTROLADAS

DEMONSTRAÇÃO DO VALOR ADICIONADO
PARA OS PERÍODOS DE TRÊS MESES FINDOS EM 31 DE MARÇO DE 2025 E 2024
(Valores expressos em milhares de reais - R$)

	Nota explicativa	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
		31/03/2025	31/03/2024	31/03/2025	31/03/2024
RECEITAS					
Venda de Energia - Bruta	21	-	-	183.443	184.001
Venda de Energia - Ajustes (MRE)	21	-	-	366	746
Receita com indenizações recebida		-	-	442	-
Resultado da baixa de ativo imobilizado		-	-	58	-
Receitas relativas à construção de ativos próprios		-	-	25	-
		-	-	184.334	184.747
INSUMOS ADQUIRIDOS DE TERCEIROS					
Serviços de Terceiros		(190)	(175)	(3.726)	(2.565)
Materiais		-	-	(802)	(555)
Outros Custos Operacionais:					
Encargos de Uso da Rede de Distribuição	22	-	-	(3.198)	(2.842)
Prêmio de repactuação do risco hidrológico	1.2	-	-	(6.857)	(6.612)
Seguros	22	-	-	(2.485)	(2.937)
Outros		(29)	(25)	468	(457)
		(219)	(200)	(16.600)	(15.968)
VALOR ADICIONADO BRUTO		(219)	(200)	167.734	168.779
RETENÇÕES					
Depreciação e Amortização	22	-	-	(22.199)	(22.979)
VALOR ADICIONADO LÍQUIDO		(219)	(200)	145.535	145.800
VALOR ADICIONADO RECEBIDO EM TRANSFERÊNCIA					
Resultado de Equivalência Patrimonial	10	93.435	83.455	-	-
Receitas Financeiras	23	347	1.339	8.430	6.868
Outras receitas			-		8
VALOR ADICIONADO A DISTRIBUIR		93.563	84.594	153.965	152.676
DISTRIBUIÇÃO DO VALOR ADICIONADO					
Empregados		36	44	6.644	6.444
Remuneração direta		30	30	5.231	5.113
Benefícios		6	14	980	938
FGTS			-	433	393
Impostos, Taxas e Contribuições		22	68	18.895	22.516
Federais		22	68	18.815	22.418
Estaduais			-	42	64
Municipais			-	38	34
Remuneração de Capitais de Terceiros		35.817	29.022	68.868	66.649
Encargos financeiros sobre debêntures e outros juros	23	28.302	28.299	55.582	59.904
Encargos financeiros sobre empréstimo - CCB	23	6.716	-	6.716	-
Instrumento financeiro derivativo	23	-	-	3.857	4.848
Outras despesas financeiras		799	723	2.713	1.897
Remuneração de Capitais Próprios		57.688	55.460	59.558	57.067
Dividendos		57.688	55.460	59.558	57.067
		93.563	84.594	153.965	152.676

As notas explicativas são parte integrante das informações financeiras intermediárias.

1. CONTEXTO OPERACIONAL

Da Companhia

A Eletroriver S.A. ("Eletroriver", "Companhia" ou "Controladora"), sociedade anônima de capital aberto, registrada na Comissão de Valores Mobiliários ("CVM") na categoria "B" desde o mês de julho/2022, foi constituída em 28 de maio de 1997, com sede social na cidade de Salvador, estado da Bahia, tendo por objeto social a geração, distribuição e comercialização de energia elétrica, assim como a promoção e/ou participação em empreendimentos privados de geração e distribuição de energia elétrica, deles se tornando ou não sócia, controladora ou não, compreendendo: (a) geração, distribuição e comercialização de energia elétrica; (b) o gerenciamento da obtenção e adequação dos recursos necessários para implantação dos mencionados empreendimentos; (c) implantação, com participação societária ou não, de empresas de geração, transmissão, distribuição e comercialização de energia elétrica; (d) a importação e/ou exportação de mão de obra, tecnologia e equipamentos, bem como suas peças e acessórios, necessários às atividades mencionadas nas alíneas anteriores; (e) participação em outras empresas, na qualidade de quotista ou acionista; e (f) a participação como quotista, em fundos de investimento regularmente constituídos.

A Companhia possui como controladora a CS Energia S.A., sociedade anônima de capital fechado, com sede na cidade de Salvador, estado da Bahia, detentora de participação equivalente a 65,97% do capital social da Eletroriver, enquanto o percentual residual de 34,03% é detido por pessoas físicas.

A Companhia detém o controle direto da BSB Energética S.A. ("BSB"), bem como da Brasil PCH S.A. ("Brasil PCH") e, indireto, da PCHPAR - PCH Participações S.A. ("PCHPAR") e de 13 sociedades de propósito específico ("SPEs") que, por sua vez, possuem autorização para explorar 13 pequenas centrais hidrelétricas ("PCHs") ("SPES", em conjunto com a Companhia, BSB, Brasil PCH e a PCHPAR "Grupo"), cujas informações estão discriminadas abaixo, na seção "Dados das Controladas".

Em 31 de março de 2025, a Companhia apurou em seu balanço patrimonial individual capital circulante líquido positivo no montante de R$31.679 (R$152 negativo em 31 de dezembro de 2024), enquanto no balanço patrimonial consolidado o capital circulante líquido negativo registrado é de R$476.925 (R$376.583 negativo em 31 de dezembro de 2024). A Administração entende que não existe risco de continuidade operacional da Companhia, visto que o fluxo de suas receitas decorrentes dos investimentos em controladas é estável e conhecido, sendo suficiente para liquidar as obrigações de curto prazo da Companhia.

Dados das controladas

BSB Energética S.A.:

A Companhia detém participação equivalente a 91% do capital social da BSB, sociedade anônima de capital aberto registrada perante a CVM na categoria "B" desde julho de 2022, constituída em 24 de março de 2000, com sede social na cidade de Belo Horizonte, estado de Minas Gerais, que tem por objeto social, direta ou indiretamente, a geração de energia elétrica, sua comercialização e distribuição, incluindo toda e qualquer atividade relacionada ao desenvolvimento, planejamento, implantação, operação, manutenção e administração de centrais hidrelétricas, bem como a participação e investimentos em outras sociedades com atividades semelhantes ao objeto social da Companhia como sócia ou acionista.

Brasil PCH S.A.

A Companhia detém participação direta de 70% no capital social da Brasil PCH, sociedade anônima, fechada, constituída em 23 de março de 2005, em operação desde 4 de abril de 2006, tendo como objeto social a implementação de pequenas centrais hidrelétricas, seja direta ou indiretamente, bem como toda e qualquer atividade que seja relacionada à administração, construção, planejamento, operação e manutenção de pequenas centrais hidrelétricas e ao desenvolvimento de projetos de geração de energia elétrica renovável, por meio de pequenas centrais hidrelétricas. Os 30% restantes do capital social da Brasil PCH são detidos pela BSB, também controlada pela Companhia.

A Brasil PCH possui como subsidiária integral a PCHPAR que, por sua vez, detém 100% do capital social de 13 SPEs, titulares de autorizações concedidas pela Agência Nacional de Energia Elétrica ("ANEEL") para exploração de 13 PCHs, com potência total instalada de 291,5 MW, vincendas, conforme o caso, entre os anos de 2041 a 2043, podendo ser prorrogadas por mais 30 anos, nos termos do artigo 2º da Lei 12.783/2013, com redação dada pela Lei nº 13.360/2016, e regulamentada pelo Decreto nº 9.158/2017. Abaixo, são apresentadas as informações relativas às PCHs:

PCHs	Localização	Capacidade Instalada (MW) (**)	Energia Assegurada (MWm) (**)	Início da Autorização	Início da operação comercial	Término da autorização (*)
Bonfante	Rio Paraibuna, Simão Pereira, MG	19	13,48	28/08/2001	02/08/2008	06/03/2042
Calheiros	Rio Itabapoana, Bom Jesus, RJ	19,5	10,92	14/01/2000	12/09/2008	08/05/2042
Caparaó	Rio Preto, Dores do Rio Preto, ES	4,5	2,61	30/12/1999	30/12/2008	14/10/2042
Carangola	Rio Carangola, Carangola, MG	15	9,57	23/12/1999	25/06/2008	13/01/2042
Funil	Rio Guanhães, Dores de Guanhães, MG	22,5	14,54	23/12/1999	05/03/2008	23/06/2041
Irara	Rio Doce, Jatai, GO	30	18,21	25/09/2002	06/09/2008	07/04/2042
Jataí	Rio Claro, Jatai, GO	30	20,35	19/12/2002	30/07/2008	20/02/2042
Monte Serrat	Rio Paraibuna, Comendador Levy Gasparian, RJ	25	18,28	28/08/2001	13/02/2009	03/12/2042
Retiro Velho	Rio da Prata, Aporé, GO	18	13,15	13/11/2002	16/06/2009	30/05/2043
Santa Fé	Rio Paraibuna, Três Rios, RJ	30	26,1	06/11/2002	09/05/2008	14/11/2041
São Joaquim	Rio Benevente, Alfredo Chaves, ES	21	13,28	19/10/2000	17/04/2008	12/10/2041
São Pedro	Rio Jucu Braço Norte, Domingos Martins, ES	30	18,41	19/11/2003	16/06/2009	13/06/2043
São Simão	Rio Itapemirim, Alegre, ES	27	15,2	23/03/2001	17/02/2009	16/12/2042

(*) Em 10 de outubro de 2023, em decorrência da edição da Resolução Homologatória nº 3.242 da ANEEL, de 15 de agosto de 2023, foi editada a Resolução Autorizativa nº 14.896 da ANEEL, que dispõe acerca da extensão do prazo de outorga dos empreendimentos hidrelétricos participantes do Mecanismo de Realocação de Energia – MRE, nos termos da Lei nº 13.203, de 8 de dezembro de 2015, alterada pela Lei nº 14.052, de 8 de setembro de 2020 ("Resolução Autorizativa"), estando incluídas nesse rol as 13 PCHs outorgadas às SPEs, indiretamente controladas pela Brasil PCH, que tiveram seu prazo de outorga estendido, nos termos do Anexo II da Resolução Autorizativa. Trata-se de compensação aos titulares de usinas hidrelétricas participantes do MRE pelos efeitos causados pelos empreendimentos hidrelétricos com prioridade de licitação e implantação indicados pelo Conselho Nacional de Política Energética - CNPE advinda da Lei nº 13.203/2015 alterada pela Lei 14.052/2020.

(**) Cumpre destacar que os dados de capacidade instalada e garantia física das PCHs não foram revisados pelos auditores independentes.

As SPEs estão inscritas e contratadas no âmbito do Programa de Incentivo às Fontes Alternativas de Energia Elétrica ("PROINFA"), tendo firmado Contratos de Compra e Venda da totalidade da Energia ("CCVEs") por elas gerada, pelo prazo de 20 anos, contados do início de sua operação comercial.

Ressalta-se que, em 07 de junho de 2023, a Centrais Elétricas Brasileiras S.A. ("Eletrobras") cedeu tais contratos à Empresa Brasileira de Participações em Energia Nuclear e Binacional S.A. ("ENBPar"), em cumprimento ao previsto na Lei nº 14.182/2021 que dispõe acerca da desestatização da Eletrobras, originalmente signatária dos CCVEs.

1.1. Ajustes Financeiros - Programa de Incentivo às Fontes Alternativas de Energia Elétrica - Consolidado

As SPEs controladas indiretamente pela Brasil PCH participam do Mecanismo de Realocação de Energia (“MRE”), tendo seu risco hidrológico compartilhado com as demais usinas participantes desse mecanismo. Não obstante, considerando que os contratos de compra e venda de energia existentes foram firmados no âmbito do PROINFA, as contabilizações do MRE são realizadas mensalmente pela Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (“CCEE”) e repassadas à ENBPar, que, por sua vez, calcula os ajustes a serem somados ou subtraídos do faturamento das SPEs no ano subsequente, em 12 parcelas, conforme definições contratuais.

Desta forma, os ajustes financeiros referentes ao exercício de 2024 estão sendo descontados/adicionados no faturamento das SPEs em 12 parcelas ao longo do exercício de 2025. Para o período findo em 31 de março de 2025, o efeito líquido dos ajustes financeiros no faturamento resultou, de forma líquida, no desconto do valor total de R$1.050 (R$1.119 até 31 de março de 2024).

As rubricas impactadas para o período findo em 31 de março de 2025 foram “outros ativos circulantes”, no montante de R$47 (R$59 em 31 de março de 2024) e “receita diferida” no montante de R$1.097 (R$1.178 em 31 de março de 2024).

1.2. Repactuação do risco hidrológico (*“RRH”*) (Consolidado)

As SPEs, integrantes do MRE, aderiram à repactuação do risco hidrológico (“RRH”), nos termos da Lei nº 13.203/2015 e da Resolução Normativa ANEEL nº 684/2015, de modo a transferir integralmente o risco hidrológico no âmbito dos CCVEs para o consumidor final, mediante pagamento do prêmio de risco no valor de R$9,50/MWh, na data-base de janeiro/2015, anualmente atualizado pelo IPCA. O pagamento desse prêmio será devido até o fim da vigência dos CCVEs.

No ano de 2020, as SPEs foram notificadas pela Eletrobras de que, a partir do mês de julho, o recolhimento do prêmio de risco hidrológico seria efetivado mediante desconto no pagamento da primeira parcela do faturamento mensal da venda de energia realizada pelas SPEs, no próprio mês de sua realização, não sendo, portanto, incluído no cálculo dos ajustes financeiros previstos nos CCVEs.

Em 24 de agosto de 2020, as SPEs apresentaram notificações de controvérsia à Eletrobras, manifestando a sua discordância quanto ao procedimento por ela adotado para desconto dos valores relativos ao prêmio de risco hidrológico, não tendo a controvérsia sido dirimida até o momento.

Durante o período findo em 31 de março de 2025, a ENBPAR realizou o desconto referente ao prêmio de repactuação de risco hidrológico, na primeira parcela de cada mês das faturas emitidas pelas SPEs. Em 31 de março de 2025, o custo total do prêmio de repactuação do risco hidrológico foi de R$6.857 (R$6.612 em 31 de março de 2024), o qual está registrado no resultado do período do Grupo, na rubrica “Prêmio de Risco (Repactuação do Risco Hidrológico)”, em contrapartida da provisão constituída no passivo circulante sob a rubrica “Outros Passivos”, a qual monta, em 31 de março de 2025, R$115.026 (R$108.169 em 31 de dezembro de 2024). Considerando o referido desconto realizado pela ENBPar e os pleitos atualmente existentes, o Grupo possui o montante de R$112.664 (R$105.917 em 31 de dezembro de 2024) registrado sob a rubrica contas a receber de clientes, conforme mencionado na nota explicativa 7.

2. PARTICIPAÇÃO NAS COMPANHIAS DO GRUPO

No quadro abaixo segue apresentada a participação detida pela Companhia em suas controladas diretas e indiretas em 31 de março de 2025 e 31 de dezembro de 2024:

	Participação direta		Participação indireta (*)	
Investida	31/03/2025	31/12/2024	31/03/2025	31/12/2024
Investimentos mantidos diretamente pela Eletroriver				
BSB Energética S.A.	91,00%	91,00%	0,00%	0,00%
Brasil PCH S.A.	70,00%	70,00%	27,30%	27,30%
Investimentos mantidos através da participação na Brasil PCH				
PCHPAR PCH Participações S.A.	70,00%	70,00%	27,30%	27,30%
Bonfante Energética S.A.	70,00%	70,00%	27,30%	27,30%
Carangola Energia S.A.	70,00%	70,00%	27,30%	27,30%
Calheiros Energia S.A.	70,00%	70,00%	27,30%	27,30%
Caparaó Energia S.A.	70,00%	70,00%	27,30%	27,30%
Funil Energia S.A.	70,00%	70,00%	27,30%	27,30%
Irara Energética S.A.	70,00%	70,00%	27,30%	27,30%
Jataí Energética S.A.	70,00%	70,00%	27,30%	27,30%
Monte Serrat Energética S.A.	70,00%	70,00%	27,30%	27,30%
Retiro Velho Energética S.A.	70,00%	70,00%	27,30%	27,30%
Santa Fé Energética S.A.	70,00%	70,00%	27,30%	27,30%
São Joaquim Energia S.A.	70,00%	70,00%	27,30%	27,30%
São Pedro Energia S.A.	70,00%	70,00%	27,30%	27,30%
São Simão Energia S.A.	70,00%	70,00%	27,30%	27,30%

(*) A participação indireta refere-se ao percentual que a BSB possui nas datas-bases sobre os referidos investimentos, multiplicado pelo percentual que a Eletroriver possui sobre a BSB.

3. IMPACTOS DE NOVAS LEGISLAÇÕES E NORMAS

Normas e interpretações novas e revisadas, aplicáveis para exercícios iniciados em ou após 1º de janeiro de 2025

As normas brasileiras de relatório financeiro novas e revisadas a seguir, em vigor para exercícios iniciados em ou após 1º de janeiro de 2025, foram adotadas nas informações financeiras intermediárias. A adoção dessas novas e revisadas normas, aplicáveis à Companhia, não teve qualquer impacto nas divulgações ou nos valores apresentados nessas informações financeiras intermediárias:

Norma	Descrição da alteração
IAS 21/ CPC 02: Os Efeitos das Mudanças nas Taxas de Câmbio intitulada Falta de Conversibilidade	As alterações especificam como avaliar se uma moeda é conversível, e como determinar a taxa de câmbio quando não for. As alterações afirmam que uma moeda é conversível por outra moeda quando a entidade consegue obter a outra moeda dentro de um período que permite um atraso administrativo normal e através de um mecanismo de mercado ou cambial no qual uma transação de câmbio criaria direitos e obrigações exequíveis. A entidade avalia se a moeda é conversível por outra moeda na data de mensuração e para um fim específico. Se a entidade conseguir obter apenas um valor insignificante da outra moeda na data de mensuração para o fim específico, a moeda não é conversível por outra moeda. A avaliação sobre se a moeda é conversível por outra moeda depende da capacidade da entidade de obter a outra moeda e não de sua intenção ou decisão de fazer isso.

Na data de autorização destas informações financeiras intermediárias, a Companhia não adotou as novas normas e revisadas a seguir, as quais já estão emitidas e ainda não vigentes.

Pronunciamento	Descrição
Alterações à IFRS 18	Apresentação e Divulgações nas Demonstrações Financeiras
Alterações à IFRS 19	Subsidiárias sem Responsabilidade Pública: Divulgações

4. APRESENTAÇÃO DAS INFORMAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS

4.1. Declaração de conformidade

As informações financeiras intermediárias, individuais e consolidadas, foram elaboradas em conformidade com a norma internacional IAS 34 - "Interim Financial Reporting" emitida pelo "International Accounting Standards Board - IASB", bem como de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil ("BR GAAP"), aplicáveis a empresas no Brasil registradas na Comissão de Valores Mobiliários ("CVM").

As práticas contábeis adotadas no Brasil compreendem aquelas incluídas na legislação societária brasileira e os pronunciamentos, as orientações e as interpretações técnicas emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC e aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC e pelas normas da CVM e da ANEEL.

Todas as transações relevantes próprias das informações financeiras intermediárias, individuais e consolidadas, e somente elas, estão sendo evidenciadas e correspondem às utilizadas pela Administração na gestão do Grupo.

4.2. Bases de elaboração

As informações financeiras intermediárias, individuais e consolidadas, foram elaboradas com base no custo histórico, geralmente baseado no valor justo das contraprestações pagas em troca de bens e serviços.

Ativos e passivos são classificados conforme seu grau de liquidez e exigibilidade, e classificados como circulantes quando esperado que sua realização ou liquidação ocorra nos próximos doze meses. Caso contrário, são demonstrados como não circulantes.

Essas informações financeiras intermediárias, individuais e consolidadas, são apresentadas em reais, que também é a moeda funcional da Companhia. Todas as informações financeiras intermediárias, individuais e consolidadas, apresentadas em milhares de reais foram arredondadas para o valor mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

As informações referentes às bases de apresentação das informações financeiras intermediárias, individuais e consolidadas, ao resumo das principais políticas contábeis e ao uso de estimativas e julgamento não sofreram alterações se comparadas àquelas divulgadas nas Notas Explicativas às demonstrações financeiras anuais, relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2024 (doravante denominadas de "Demonstrações Financeiras de 31 de dezembro de 2024"), razão pela qual as informações intermediárias, individuais e consolidadas, devem ser lidas em conjunto com as Demonstrações Financeiras de 31 de dezembro de 2024.

5. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	Controladora		Consolidado	
	31/03/2025	31/12/2024	31/03/2025	31/12/2024
Bancos	1	11	19.212	19.200
Aplicações em Certificados de Depósitos Bancários (a)	26.639	4.060	79.469	94.029
	26.640	4.071	98.681	113.229

(a) As aplicações financeiras de liquidez imediata em Certificado de Depósito Bancário - CDB, realizadas pela Companhia junto ao Banco Itaú Unibanco ("Itaú"), apresentam risco insignificante de mudança de valor justo e são remuneradas por taxas de mercado que variam de 91,0% a 98,0% (97,0% a 101,5% em 31 de dezembro de 2024) do Certificado de Depósito Interbancário - CDI

6. APLICAÇÕES FINANCEIRAS

	Controladora		Consolidado	
	31/03/2025	31/12/2024	31/03/2025	31/12/2024
Operações compromissadas	38.513	200	55.015	200
Fundos de investimento em renda fixa	1	5	24.556	13.600
	38.514	205	79.571	13.800

Referem-se às aplicações financeiras de liquidez imediata em fundos abertos de renda fixa, junto ao Banco do Brasil e operações compromissadas junto ao Banco Itaú Unibanco ("Itaú"). As aplicações financeiras são remuneradas por taxas de mercado que variam de 80,0% a 102,0% (80,0% a 104,0%, em 31 de dezembro 2024) do Certificado de Depósito Interbancário - CDI.

7. CONTAS A RECEBER DE CLIENTES (CONSOLIDADO)

Refere-se ao valor da venda da energia gerada pelas SPEs no âmbito do PROINFA, no montante de R$189.425 em 31 de março de 2025 (R$182.650 em 31 de dezembro de 2024), líquido dos respectivos impostos retidos na fonte, conforme cronograma contratual que prevê o pagamento das faturas em 03 (três) parcelas iguais e consecutivas, nos dias 20 e 30 do mês subsequente à competência do faturamento, e a última, no dia 10 do segundo mês subsequente. Deste montante, R$112.664 (R$105.917 em 31 de dezembro de 2024) referem-se ao Desconto Mensal do Prêmio de Repactuação do Risco Hidrológico ("PRRH"), tratado na nota explicativa 1.2 acima.

Cumpre ressaltar que o Grupo não constitui provisão para créditos de liquidação duvidosa, levando em consideração sua experiência histórica de realização de 100% das contas a receber passadas e das próprias características do PROINFA, valendo destacar a neutralidade garantida à ENBPar, como administradora do programa.

8. DEPÓSITOS JUDICIAIS (CONSOLIDADO)

	31/03/2025	31/12/2024
Tributários (a)	16.710	16.342
Desapropriações e servidões (b)	4.241	4.030
Trabalhistas (c)	13	221
Cíveis	33	33
	20.997	20.626

(a) Refere-se, principalmente, ao processo envolvendo PIS e COFINS sobre receitas financeiras, relativo ao restabelecimento das alíquotas pelo Decreto nº 8.426/15 com efeitos na BSB, Brasil PCH, e ao IR/CSLL sobre indenização de bens sinistrados das SPEs São Joaquim Energia S.A. e Santa Fé Energética S.A. (controladas indiretas) atualizados monetariamente.

(b) Algumas controladas indiretas da Companhia são autoras de processos judiciais, nos quais reivindicam a propriedade de terrenos por desapropriação ou restrição do seu uso por servidão administrativa, conforme o caso. Estes terrenos estão sendo utilizados nas instalações das PCHs e das linhas de transmissão de interesse restrito.

(c) Algumas controladas indiretas da Companhia são responsáveis e corresponsáveis (solidária ou subsidiariamente) em processos judiciais, nos quais está em discussão o pagamento de verbas trabalhistas pela Brasil PCH e/ou pelas SPEs e por empresas terceiras, conforme o caso.

9. DIVIDENDOS A RECEBER

Refere-se à constituição de dividendos a receber pela Companhia, a serem distribuídos por suas controladas BSB e Brasil PCH, conforme movimentação abaixo:

	Controladora
Saldo em 31 de dezembro de 2023	131.126
Constituição de dividendos (*)	201.449
Dividendos recebidos em 15/01/2024 - Controlada Brasil PCH S.A.	(63.000)
Dividendos recebidos em 16/01/2024 - Controlada BSB Energética S.A.	(21.840)
Dividendos recebidos em 25/03/2024 - Controlada Brasil PCH S.A.	(35.911)
Saldo em 31 de março de 2024	211.824
Saldo em 31 de dezembro de 2024	253.541
Constituição de dividendos (**)	188.083
Dividendos recebidos em 28/02/2025 - Controlada Brasil PCH S.A.	(22.400)
Dividendos recebidos em 24/03/2025 - Controlada Brasil PCH S.A.	(38.500)
Saldo em 31 de março de 2025	380.724

(*) Nas Assembleias Gerais Ordinárias e Extraordinárias (“AGOE”) realizadas em 23 de fevereiro e 29 de março de 2024, a Brasil PCH e a BSB aprovaram, respectivamente, a distribuição à Eletroriver dos dividendos adicionais propostos referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2023.

(**) Nas Assembleias Gerais Ordinárias e Extraordinárias (“AGOE”) realizadas em 21 de fevereiro e 18 de março de 2025, a Brasil PCH e a BSB aprovaram, respectivamente, a distribuição à Eletroriver dos dividendos adicionais propostos referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2024.

10. INVESTIMENTOS EM CONTROLADAS

a) Informação sobre as controladas diretas

Descrição	Ações ordinárias Detidas	Participação %	Controladora	
			31/03/2025	31/12/2024
BSB Energética S.A.	2.755.936	91,0%	41.583	63.474
Brasil PCH S.A.	65.931.482	70,0%	1.569.749	1.642.761
Investimento a PL contábil			172.701	241.011
Mais valia de ativos e passivos (*)			904.463	909.165
Ágio			492.585	492.585
			1.611.332	1.706.235

(*) A mais valia está sendo amortizada com base na vida útil ou prazo de amortização remanescente, contados a partir da data da aquisição, 1º de dezembro de 2021, dos ativos e passivos.

b) Informações das controladas

Os principais saldos patrimoniais das controladas diretas e indiretas, nos períodos findos em 31 de março de 2025 e 31 de dezembro de 2024, são apresentados como segue:

	31/03/2025				
	Ativos circulantes	Ativos não circulantes	Passivos circulantes	Passivos não circulantes	Patrimônio líquido
BSB Energética S.A.	143.549	330.445	184.406	243.891	45.697
Brasil PCH S.A.	282.445	959.906	750.193	245.443	246.715
Total	425.994	1.290.351	934.599	489.334	292.412

	31/12/2024				
	Ativos circulantes	Ativos não circulantes	Passivos circulantes	Passivos não circulantes	Patrimônio líquido
BSB Energética S.A.	80.261	360.584	133.410	237.684	69.751
Brasil PCH S.A.	313.687	971.109	636.971	303.523	344.302
Total	393.948	1.331.693	770.381	541.207	414.053

Os principais saldos de resultado das controladas diretas e indiretas para os períodos findos em 31 de março de 2025 e de 2024 são apresentados como segue:

	31/03/2025				
	Receita líquida	Lucro bruto	Lucro antes do resultado financeiro	Lucro antes dos impostos	Lucro líquido
BSB Energética S.A.	-	-	33.022	20.781	20.781
Brasil PCH S.A.	175.712	145.123	140.824	125.299	113.183
Total	175.712	145.123	173.846	146.080	133.964

	31/03/2024				
	Receita líquida	Lucro bruto	Lucro antes do resultado financeiro	Lucro antes dos impostos	Lucro líquido
BSB Energética S.A.	-	-	29.783	17.846	17.846
Brasil PCH S.A.	175.599	144.860	140.369	117.412	102.741
Total	175.599	144.860	170.152	135.258	120.587

c) Movimentação do investimento

	Controladora
Saldo em 31 de dezembro de 2023	1.730.898
Equivalência patrimonial	83.455
Dividendos propostos	(201.449)
Ajuste de avaliação patrimonial reflexa	3.419
Saldo em 31 de março de 2024	1.616.323
Saldo em 31 de dezembro de 2024	1.706.235
Equivalência patrimonial	93.435
Dividendos propostos	(188.083)
Ajuste de avaliação patrimonial reflexa	(255)
Saldo em 31 de março de 2025	1.611.332

11. TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

Remuneração do pessoal chave

Em 31 de março de 2025, registrou-se o valor de R$443 pago pela Companhia e por suas controladas diretas e indiretas a título de remuneração às pessoas chave (R$443 em 31 de março de 2024). Ressalta-se que além da assistência médica paga pela Companhia às pessoas chave, com relação à qual foi desembolsado o valor de R$5 em 31 de março de 2025 (R$14 em 31 de março de 2024), não são oferecidos outros benefícios de curto prazo, pós emprego ou benefícios de longo prazo pela Companhia ou por suas controladas diretas e indiretas.

12. IMOBILIZADO (CONSOLIDADO)

a) Composição do imobilizado

		31/03/2025			31/12/2024		
	Taxa de Depreciação	Custo	Depreciação Acumulada	Imobilizado Líquido	Custo	Depreciação Acumulada	Imobilizado Líquido
Mais valia – ativo fixo	4%	369.025	(48.413)	320.612	369.025	(44.782)	324.243
Terrenos (*)	1,90%	40.270	(3.403)	36.867	40.175	(2.418)	37.757
Direitos sobre arrendamento	37,80%	2.275	(1.971)	304	2.337	(1.815)	522
Turbina hidráulica	2,50%	180.497	(67.908)	112.589	180.497	(66.780)	113.717
Conduto forçado	3,13%	49.931	(24.459)	25.472	49.931	(24.068)	25.863
Gerador	3,33%	117.067	(60.492)	56.575	117.060	(59.519)	57.541
Comporta	3,33%	37.492	(18.996)	18.496	37.467	(18.685)	18.782
Subestação unitária	3,57%	75.053	(44.162)	30.891	75.053	(43.493)	31.560
Estrutura de tensão	3,57%	30.851	(15.551)	15.300	30.851	(15.276)	15.575
Casa de forca produção hidráulica	2,00%	450.568	(144.096)	306.472	450.568	(141.841)	308.727

	Taxa de Depreciação	31/03/2025 Custo	31/03/2025 Depreciação Acumulada	31/03/2025 Imobilizado Líquido	31/12/2024 Custo	31/12/2024 Depreciação Acumulada	31/12/2024 Imobilizado Líquido
Reservatório, barragem, adutora	2,00%	354.454	(102.326)	252.128	354.230	(100.605)	253.625
Sistema de monitoramento usina	3,33%	9.358	(26)	9.332	-	-	-
Outras máquinas e equipamentos	3,65%	101.276	(49.705)	51.571	101.214	(48.818)	52.396
Imobilizado em Curso	-	3.753	-	3.753	12.667	-	12.667
		1.821.870	(581.508)	1.240.362	1.821.075	(568.100)	1.252.975

(*) Terrenos vinculados às SPEs depreciados de acordo com o período de autorização, considerando a renovação por mais 30 anos.

b) Movimentação do imobilizado

	31/12/2024	Adições	Baixas	Transferência	31/03/2025
Custo:					
Mais valia - ativo fixo	369.025	-	-	-	369.025
Terrenos	40.175	176	(81)	-	40.270
Direitos sobre arrendamento	2.337	-	(62)	-	2.275
Turbina hidráulica	180.497	-	-	-	180.497
Conduto forçado	49.931	-	-	-	49.931
Gerador	117.060	-	-	7	117.067
Comporta	37.467	-	-	25	37.492
Subestação unitária	75.053	-	-	-	75.053
Estrutura de tensão	30.851	-	-	-	30.851
Casa de forca produção hidráulica	450.568	-	-	-	450.568
Reservatório, barragem, adutora	354.230	162	-	62	354.454
Sistema de monitoramento usina	-	-	-	9.358	9.358
Outras máquinas e equipamentos	101.214	-	(84)	146	101.276
Imobilizado em curso	12.667	744	(31)	(9.627)	3.753
	1.821.075	1.082	(258)	(29)	1.821.870
(-) Depreciação:					
Mais valia - ativo fixo	(44.782)	(3.631)	-	-	(48.413)
Terrenos	(2.418)	(985)	-	-	(3.403)
Direitos sobre arrendamento	(1.815)	(156)	-	-	(1.971)
Turbina hidráulica	(66.780)	(1.128)	-	-	(67.908)
Conduto forçado	(24.068)	(391)	-	-	(24.459)
Gerador	(59.519)	(973)	-	-	(60.492)
Comporta	(18.685)	(311)	-	-	(18.996)
Subestação unitária	(43.493)	(669)	-	-	(44.162)
Estrutura de tensão	(15.276)	(275)	-	-	(15.551)
Casa de forca produção hidráulica	(141.841)	(2.255)	-	-	(144.096)
Reservatório, barragem, adutora	(100.605)	(1.721)	-	-	(102.326)
Sistema de monitoramento usina	-	(26)	-	-	(26)
Outras máquinas e equipamentos	(48.818)	(971)	84	-	(49.705)
	(568.100)	(13.492)	84	-	(581.508)
Imobilizado Líquido	1.252.975	(12.410)	(174)	(29)	1.240.362

	31/12/2023	Adições	Baixas	31/03/2024
Custo:				
Mais valia – ativo fixo	369.025	-	-	369.025
Terrenos	45.869	85	(5.306)	40.648
Direitos sobre arrendamento	2.777	-	-	2.777
Turbina hidráulica	175.671	16	-	175.687
Conduto forçado	49.897	-	-	49.897
Gerador	117.051	-	-	117.051
Comporta	37.455	-	-	37.455
Subestação unitária	75.061	-	-	75.061
Estrutura de tensão	28.897	-	(17)	28.880
Casa de forca produção hidráulica	449.491	51	-	449.542
Reservatório, barragem, adutora	350.437	-	-	350.437
Outras máquinas e equipamentos	100.434	122	-	100.556
Imobilizado em curso	2.111	1.006	-	3.117
	1.804.176	1.280	(5.323)	1.800.133
(-) Depreciação:				
Mais valia – ativo fixo	(30.258)	(3.631)	-	(33.889)
Terrenos	-	(2.049)	-	(2.049)
Direitos sobre arrendamento	(1.192)	(156)	-	(1.348)
Turbina hidráulica	(62.377)	(1.098)	-	(63.475)
Conduto forçado	(22.506)	(390)	-	(22.896)
Gerador	(55.621)	(974)	-	(56.595)
Comporta	(17.444)	(310)	-	(17.754)
Subestação unitária	(40.815)	(670)	-	(41.485)
Estrutura de tensão	(14.331)	(257)	8	(14.580)
Casa de forca produção hidráulica	(132.841)	(2.249)	-	(135.090)
Reservatório, barragem, adutora	(93.767)	(1.707)	-	(95.474)
Outras máquinas e equipamentos	(45.093)	(979)	-	(46.072)
	(516.245)	(14.470)	8	(530.707)
Imobilizado Líquido	1.287.931	(13.190)	(5.315)	1.269.426

13. INTANGÍVEL (CONSOLIDADO)

a) Composição do intangível

	Taxa de Amortização	Custo	Amortização acumulada	31/03/2025	Custo	Amortização acumulada	31/12/2024
Mais valia – ativo intangível	2,13%	1.444.281	(101.320)	1.342.961	1.444.281	(93.721)	1.350.560
Ágio	-	590.882	-	590.882	590.882	-	590.882
Servidões (*)	-	2.948	(381)	2.567	2.919	(281)	2.638
Software	20%	4.717	(3.592)	1.125	4.717	(3.453)	1.264
Medidas compensatórias	10 a 25%	40.372	(27.741)	12.631	41.553	(26.785)	14.768
Indenização de terras	-	866	-	866	895	-	895
Legalização de terras	-	1.126	-	1.126	1.126	-	1.126
		2.085.192	(133.034)	1.952.158	2.086.563	(124.240)	1.962.323

(*) Os ativos intangíveis de servidão vinculados às SPEs são amortizados dentro do período da autorização, considerando a renovação por mais 30 anos.

b) Movimentação do intangível

	31/12/2024	Adições	Baixas	Transferências	31/03/2025
Custo:					
Mais valia – ativo intangível	1.444.281	-	-	-	1.444.281
Ágio	590.882	-	-	-	590.882
Servidões	2.919	-	-	29	2.948
Software	4.717	-	-	-	4.717
Medidas compensatórias	41.743	-	(1.371)	-	40.372
Indenização de terras	895	-	(29)	-	866
Registro de terras	1.126	-	-	-	1.126
	2.086.563	-	(1.400)	29	2.085.192
(-) Amortização:					
Mais valia – ativo intangível	(93.721)	(7.599)	-	-	(101.320)
Servidões	(281)	(100)	-	-	(381)
Software	(3.453)	(139)	-	-	(3.592)
Medidas compensatórias	(26.785)	(956)	-	-	(27.741)
	(124.240)	(8.794)	-	-	(133.034)
Intangível líquido	1.962.323	(8.794)	(1.400)	29	1.952.158

	31/12/2023	Adições	31/03/2024
Custo:			
Mais valia – ativo intangível	1.444.281	-	1.444.281
Ágio	590.882	-	590.882
Servidões	2.911	-	2.911
Software	4.343	-	4.343
Medidas compensatórias	37.576	-	37.576
Indenização de terras	1.826	20	1.846
Registro de terras	1.809	-	1.809
	2.083.628	20	2.083.648
(-) Amortização:			
Mais valia – ativo intangível	(63.325)	(7.599)	(70.924)
Servidões	-	(245)	(245)
Software	(2.862)	(156)	(3.018)
Medidas compensatórias	(23.944)	(636)	(24.580)
	(90.131)	(8.636)	(98.767)
Intangível líquido	1.993.497	(8.616)	1.984.881

O ágio é submetido, anualmente, a teste de redução ao valor recuperável, ou com maior frequência, quando houver indicação de que poderá apresentar redução ao valor recuperável. Durante o período findo em 31 de março de 2025, a Companhia avaliou as premissas utilizadas para o teste realizado durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2024 e, na avaliação da Administração, concluiu que não houve alterações significativas e nem mesmo mudança de cenário que sinalizasse perda na recuperabilidade dos ativos da Companhia.

14. EMPRÉSTIMOS, FINANCIAMENTOS E DEBÊNTURES

14.1. Debêntures

Em 10 de setembro de 2021 foi realizada Assembleia Geral Extraordinária da Companhia que aprovou a 1ª (primeira) emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie com garantia real, em série única, para distribuição pública com esforços restritos da Companhia, por meio da qual foram emitidas 805.000 (oitocentas e cinco mil) debêntures, com valor nominal unitário de R$1 na data de emissão, perfazendo o montante total de R$805.000. Os juros e principal serão pagos semestralmente, nos meses de abril e outubro de cada ano. O primeiro pagamento (principal e juros) ocorreu em 15 de abril de 2022, e o último pagamento ocorrerá em 15 de abril de 2030. Além disso, cumpre destacar que as controladas da Companhia também possuem debêntures emitidas e em circulação.

A BSB realizou sua 1ª (primeira) emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie com garantia real, em série única, para distribuição pública com esforços restritos da Companhia, por meio da qual foram emitidas 345.000 debêntures, com valor nominal unitário de R$1 na data de emissão, perfazendo o montante total de R$345.000, conforme aprovada em sede de Assembleia Geral Extraordinária da Companhia, realizada em 10 de setembro de 2021. Os juros e o principal serão pagos semestralmente nos meses de abril e outubro de cada ano. O primeiro pagamento (principal e juros) ocorreu em 15 de abril de 2022 e o último pagamento ocorrerá em 15 de abril de 2030.

A Brasil PCH, por sua vez, teve sua 1ª (primeira) emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie com garantia real, com garantia adicional fidejussória, em 2 (duas) séries, para distribuição pública com esforços restritos, no valor total de R$900.000, distribuídas em 450.000 (quatrocentos e cinquenta mil) debêntures da primeira série e 450.000 (quatrocentos e cinquenta mil) debêntures da segunda série, com valor unitário de R$1, aprovada em Assembleia Geral Extraordinária realizada em 1º de outubro de 2018. Essas debêntures serão pagas trimestralmente, juros e principal, sempre nos meses de fevereiro, maio, agosto e novembro de cada ano. Os primeiros pagamentos ocorreram em 15 de fevereiro de 2019 e os últimos se darão em 15 de novembro de 2026.

a) Composição das debêntures

			Controladora		Consolidado	
	Quantidade	Valor nominal	31/03/2025	31/12/2024	31/03/2025	31/12/2024
Debêntures - Série Única - Eletroriver S.A. (IPCA + 7,04%)	805.000	0,8854	712.713	684.411	712.713	684.411
Debêntures - Série Única - BSB Energética S.A. (IPCA + 7,04%)	345.000	0,8854	-	-	305.449	293.320
Debêntures - 1° Série - Brasil PCH S.A. (CDI+2,39%)	450.000	0,3355	-	-	150.985	169.068
Debêntures - 2° Série - Brasil PCH S.A. (IPCA+8,2647%)	450.000	0,4750	-	-	213.772	234.061
(-) Custo com transação com debêntures			(12.711)	(13.392)	(20.523)	(21.844)
Ajuste a valor justo – debêntures (*)			-	-	18.450	21.247
			700.002	671.019	1.380.846	1.380.263

	Quantidade	Valor nominal	Controladora		Consolidado	
			31/03/2025	31/12/2024	31/03/2025	31/12/2024
Instrumento financeiro derivativo - "SWAP" - Brasil PCH			-	-	60.093	62.037
			700.002	671.019	1.440.939	1.442.300
Swap						
Passivo circulante			-	-	30.417	25.417
Passivo não circulante			-	-	29.676	36.620
Debêntures						
Passivo circulante			130.527	115.996	386.018	352.081
Passivo não circulante			569.475	555.023	994.828	1.028.182

(*) Valor justo de debêntures apurado na aquisição por combinação de negócios das participações societárias da Brasil PCH.

b) Movimentação das debêntures e instrumento financeiro derivativo – SWAP

			Brasil PCH		
	Eletroriver	BSB	Debêntures	SWAP	Consolidado
Saldo em 31/12/2024	671.019	287.323	421.921	62.037	1.442.300
Custos de transação	681	305	336	-	1.322
Amortização do ajuste a valor justo das debêntures	-	-	(2.797)	-	(2.797)
Encargos provisionados	28.302	12.129	15.151	-	55.582
Instrumento financeiro derivativo – curva CDI x IPCA	-	-	-	3.857	3.857
Pagamento principal	-	-	(43.195)	-	(43.195)
Pagamento de encargos financeiros	-	-	(10.329)	-	(10.329)
Pagamento de instrumento financeiro derivativo	-	-	-	(6.062)	(6.062)
Variação do valor justo de instrumentos financeiros derivativos	-	-	-	261	261
Saldo em 31/03/2025	700.002	299.757	381.087	60.093	1.440.939

			Brasil PCH		
	Eletroriver	BSB	Debêntures	SWAP	Consolidado
Saldo em 31/12/2023	736.660	315.400	574.327	86.219	1.712.606
Custos de transação	680	305	336	-	1.321
Amortização do ajuste a valor justo das debêntures	-	-	(2.797)	-	(2.797)
Encargos provisionados	28.299	12.129	19.476	-	59.904
Instrumento financeiro derivativo – curva CDI x IPCA	-	-	-	4.848	4.848
Pagamento principal	-	-	(27.000)	-	(27.000)
Pagamento de encargos financeiros	-	-	(18.407)	-	(18.407)
Pagamento de instrumento financeiro derivativo	-	-	-	(2.897)	(2.897)
Variação do valor justo de instrumentos financeiros derivativos	-	-	-	(3.511)	(3.511)
Saldo em 31/03/2024	765.639	327.834	545.935	84.659	1.724.067

c) Debêntures de emissão da Eletroriver

Restrições: A Companhia está sujeita a cláusulas restritivas (“Covenants”), incluindo, dentre outras, restrições quanto à transferência de tipo societário, mudança de controle acionário, concessão de preferência a outros créditos, celebração de contratos de adiantamento para futuro aumento de capital e/ou de mútuo, alteração do objeto social, dissolução, incorporação, fusão ou cisão, em todos os casos sem prévia anuência dos credores, bem como a manutenção do índice de cobertura do serviço da dívida (“ICSD”) de 1,20x ou superior, a ser apurado semestralmente ou, de forma eventual, trimestralmente, em caso de distribuição de dividendos intercalares. O não cumprimento dos Covenants e demais disposições contratuais podem sujeitar a Companhia ao vencimento antecipado da dívida.

A Companhia atendeu a todos os Covenants aplicáveis em 31 de março de 2025. Com relação ao cumprimento do ICSD, não houve apuração para o período findo em 31 de março de 2025, considerando que não há previsão de distribuição trimestral de dividendos intercalares. Fazendo referência ao último período de apuração, cabe destacar que a Companhia atendeu aos Convenants, conforme determinado na escritura de emissão de debêntures.

Garantias: As ações de emissão da Brasil PCH detidas pela Companhia, representativas de 70% do capital social da controlada, bem como quaisquer novas ações de emissão da Brasil PCH que venham a ser subscritas ou de qualquer forma adquiridas pela Companhia, incluindo todos os direitos e frutos delas decorrentes, foram dados em garantia da emissão de debêntures da Companhia, por meio da celebração do contrato de alienação fiduciárias de ações.

d) Debêntures de emissão da BSB

Restrições: A controlada BSB está sujeita a Covenants, incluindo, dentre outras, restrições quanto à transferência de tipo societário, mudança de controle acionário, concessão de preferência a outros créditos, celebração de contratos de adiantamento para futuro aumento de Capital e/ou de mútuo, alteração do objeto social, dissolução, incorporação, fusão ou cisão, em todos os casos sem prévia anuência dos credores, bem como a manutenção do índice de cobertura do serviço da dívida (“ICSD”) de 1,20x ou superior, a ser apurado semestralmente ou, de forma eventual, trimestralmente, em caso de distribuição de dividendos intercalares. O não cumprimento dos Covenants e demais disposições contratuais podem sujeitar a Companhia ao vencimento antecipado da dívida.

A BSB atendeu a todos os Covenants aplicáveis em 31 de março de 2025. Com relação ao cumprimento do ICSD, não houve apuração para o período findo em 31 de março de 2025, considerando que não há previsão de distribuição trimestral de dividendos intercalares. Fazendo referência ao último período de apuração, cabe destacar que a Companhia atendeu aos Convenants, conforme determinado na escritura de emissão de debêntures.

Garantias: As ações de emissão da Brasil PCH detidas pela BSB, representativas de 30% do capital social da coligada, bem como quaisquer novas ações de emissão da Brasil PCH que venham a ser subscritas ou de qualquer forma adquiridas pela BSB, incluindo todos os direitos e frutos delas decorrentes, foram dados em garantia da sua emissão de debêntures, por meio da celebração do contrato de alienação fiduciárias de ações.

e) Debêntures de emissão da Brasil PCH

Restrições: A controlada Brasil PCH está sujeitas a Covenants que incluem, dentre outros, restrições quanto à transformação do tipo societário, mudança do controle acionário, contratação de novos empréstimos ou financiamentos a partir de determinados valores, alteração do objeto social, dissolução, incorporação, fusão ou cisão sem prévia anuência dos credores, bem como a manutenção de ICSD de 1,20x ou superior, a ser apurado anualmente ou, eventualmente, em caso de distribuição de dividendos intercalares (trimestral ou semestral), em ambos os casos com base nas demonstrações financeiras consolidadas da Brasil PCH.

A Brasil PCH atendeu a todos os Covenants aplicáveis em 31 de março de 2025.Com relação ao cumprimento do ICSD, não houve apuração para o período findo em 31 de março de 2025, considerando que não há previsão de distribuição trimestral de dividendos intercalares. Fazendo referência ao último período de apuração, cabe destacar que a Companhia atendeu aos Convenants, conforme determinado na escritura de emissão de debêntures.

Garantias: Os debenturistas da Brasil PCH estão garantidos pela (i) alienação fiduciária da totalidade das ações (i.a) de emissão das SPEs detidas pela PCHPAR, e (i.b) de emissão da PCHPAR detidas pela Companhia, existentes e que venham a ser emitidas ("Ações Alienadas"); bem como (ii) cessão fiduciária (ii.a) dos direitos emergentes das autorizações concedidas às SPEs pela ANEEL ("Autorizações"), (ii.b) de todos os direitos creditórios que venham a ser devidos às SPEs no âmbito de Contratos de Compra e Venda de Energia celebrados com a ENBPar no âmbito do PROINFA ("CCVEs"), (ii.c) dos direitos creditórios oriundos de determinados seguros contratados pela Companhia, em nome das SPEs, ou pelas SPEs em nome próprio ("Seguros"), (ii.d) de todos os frutos, lucros, rendimentos, remuneração, reembolso de capital, bonificações, vantagens, juros, distribuições e demais direitos expressamente atribuídos às Ações Alienadas ("Direitos Relacionados às Ações Alienadas"), (ii.e) todos e quaisquer direitos, inclusive recursos financeiros, provenientes das Autorizações, CCVEs, Seguros e dos Direitos Relacionados às Ações Alienadas, e (ii.f) de todos os rendimentos decorrentes dos investimentos realizados com os recursos depositados nas contas vinculadas, incluindo aplicações financeiras, rendimentos, direitos, proventos, distribuições, e demais valores a serem recebidos ou depositados nas contas vinculadas, e (iii) fiança da PCHPAR e das SPEs; nos termos previstos na escritura de emissão, conforme aditada de tempos em tempos.

f) Instrumento financeiro derivativo - SWAP designado como "*hedge*" de fluxo de caixa

Para a 1ª Série da primeira emissão de debêntures realizada pela controlada Brasil PCH, contratou-se, junto ao Banco Itaú, operação de SWAP, trocando a remuneração da - 1ª Série (CDI+2,39%), de modo a torná-la igual à remuneração da 2ª série (IPCA + 8,2647%). Essa transação foi qualificada como *hedge* de fluxo de caixa, sendo os efeitos decorrentes da variação do valor justo do instrumento financeiro derivativo de proteção reconhecidos em outros resultados abrangentes e acumulados no patrimônio líquido, na rubrica de "Ajustes de Avaliação Patrimonial".

Em 31 de março de 2025 e 31 de dezembro de 2024, as informações sobre a marcação a mercado do SWAP são as abaixo demonstradas:

Data de vencimento da operação	Valor inicial	Exercício	Saldo banco (passivo - curva IPCA)	Saldo cliente (Ativo - curva CDI)	Ganho (perda) – valor da curva	Ganho (perda) na marcação a mercado "Swap" – MTM
16/11/2026	450.000	31/12/2024	234.061	169.068	(64.993)	2.956
16/11/2026	450.000	31/03/2025	214.106	154.013	(60.093)	2.695

14.2. Empréstimo - Cédula de Crédito Bancário

Em 16 de dezembro de 2024, a Companhia emitiu Cédula de Crédito Bancário ("CCB"), em favor do Itaú Unibanco S.A. ("Itaú"), no valor de R$200.000, com juros remuneratórios equivalentes à Taxa CDI, acrescida de spread (sobretaxa) de 1,39% (um inteiro e trinta e nove centésimos por cento) ao ano, calculados de forma exponencial *pro rata temporis,* com prazo de vigência de 3 (três) anos e 6 (seis) meses, a contar da data de emissão e pagamento de principal e juros conforme cronograma definido no próprio instrumento - CDB, a seguir:

PARCELA	Data	VALOR (RS)
1	16/06/2025	100,00 % CDI + 1,390000 % a.a. exp.
2	16/12/2025	100,00 % CDI + 1,390000 % a.a. exp.
3	16/06/2026	100,00 % CDI + 1,390000 % a.a. exp.
4	16/12/2026	100,00 % CDI + 1,390000 % a.a. exp.
5	16/06/2027	66.666.666,67 + 100,00 % CDI + 1,390000 % a.a. exp.
6	16/12/2027	66.666.666,67 + 100,00 % CDI + 1,390000 % a.a. exp.
7	16/06/2028	66.666.666,66 + 100,00 % CDI + 1,390000 % a.a. exp.

A emissão da CCB foi previamente autorizada por 100% dos debenturistas da 1ª (primeira) emissão de debêntures da Companhia, reunidos em Assembleia Geral de Debenturistas realizada em 16 de dezembro de 2024, renunciando ao exercício do direito de declarar antecipadamente vencidas as Debêntures, única e exclusivamente em decorrência da emissão da CCB, de forma que, nesse caso, não será caracterizado qualquer descumprimento da Escritura de Emissão.

Composição

	Controladora e Consolidado	
	31/03/2025	31/12/2024
Cédula de crédito bancário - CCB	207.744	201.028
(-) Custo de transação	(1.072)	(1.155)
	206.672	199.873
Passivo circulante	7.410	694
Passivo não circulante	199.262	199.179

Movimentação

	Controladora e Consolidado
Saldo em 31/12/2024	199.873
Encargos provisionados	6.716
Custo de transação – amortização no período	83
Saldo em 31/03/2025	206.672
Saldo em 31/12/2023	-
Captação	200.000
(-) Custo de transação	(1.166)
Encargos provisionados	1.028
Custo de transação – amortização no período	11
Saldo em 31/12/2024	199.873

Restrições: A Companhia está sujeita a Covenants, incluindo, dentre entre outros, restrições quanto à alteração do objeto social, alteração da composição do capital social da Companhia ou redução do capital social, mudança, transferência ou cessão de controle societário, incorporação, fusão ou cisão sem prévia anuência expressa dos credores, bem como a obrigação de manter Índice de Cobertura do Serviço da Dívida (ICSD) superior a 1,10x. O ICSD será apurado anualmente, sendo a primeira apuração no ano de 2025, tendo como base as demonstrações financeiras consolidadas, relativas aos 4 (quatro) trimestres anteriores à respectiva apuração. O não cumprimento dos Covenants e demais disposições contratuais podem sujeitar a Companhia ao vencimento antecipado da CCB. Em 31 de março de 2025, a Companhia atendeu a todos os Covenants vigentes.

15. PROVISÃO PARA COMPROMISSOS FUTUROS (CONSOLIDADO)

	31/12/2024	Adição	Reversão	Transferência (*)	Pagamentos	Atualização Financeira	31/03/2025
Compromissos socioambientais (a)	13.709	161	-	(10.195)	(23)	42	3.694
Provisão p/ programas socioambientais (b)	18.908	-	(1.371)	7.383	(1.107)	233	24.046
Provisão para registro de terras (c)	1.126	-	-	-	-	-	1.126
Provisão p/ indenizações de terras (d)	5.813	39	-	2.812	-	-	8.664
Total	39.556	200	(1.371)	-	(1.130)	275	37.530
Passivo circulante	8.261	-	-	-	-	-	6.505
Passivo não circulante	31.295	-	-	-	-	-	31.025

(*) Os montantes previstos para aquisições de terras previstos no Plano Ambiental de Conservação e Uso do Entorno de Reservatório Artificial – ("PACUERA"), anteriormente apresentados na rubrica Compromissos socioambientais estão sendo apresentados para o período findo em 31 de março de 2025 na rubrica Provisão para indenizações de terras. Os montantes previstos para o plantio previstos no PACUERA, anteriormente apresentados na rubrica Compromissos socioambientais, estão sendo apresentados na rubrica Provisão para programas socioambientais.

	31/12/2023	Adição	Baixa (i)	Pagamentos	Atualização Financeira	31/03/2024
Compromissos socioambientais (a)	19.259	-	(5.306)	(241)	33	13.745
Provisão p/ medidas compensatórias (b)	18.334	-	-	(782)	90	17.642
Provisão p/ registro de terras (c)	1.809	-	-	-	-	1.809
Provisão p/ indenizações de terras (d)	13.933	106		-	-	14.039
Total	53.335	106	(5.306)	(1.023)	123	47.235
Passivo circulante	8.380	-	-	-	-	6.612
Passivo não circulante	44.955	-	-	-	-	40.623

(a) Provisão para compromissos socioambientais: compreende gastos com atividades em cumprimento à legislação ambiental específica não vinculadas às licenças de operação das SPEs.

(b) Provisão para programas socioambientais: contempla os gastos afetos ao cumprimento dos programas ambientais previstos no processo de licenciamento ambiental.

(c) Provisão para registro de terras: o Grupo possui imóveis próprios e servidões administrativas pendentes de regularização dos seus registros imobiliários perante os competentes cartórios, de modo que são provisionados os recursos necessários.

(d) Provisão para indenização de terras: para construção das PCHs, foi necessária a aquisição, desapropriação ou constituição de servidão pelas SPEs, sendo, para tanto, provisionados os recursos referentes a (i) desembolsos para suportar condenações judiciais em processos de expropriação; (ii) aquisições amigáveis (iii) indenizações e (iv) pagamentos de servidão administrativa; dentre outros gastos vinculados à aquisição e ao registro de terras.

16. IMPOSTOS, CONTRIBUIÇÕES E TAXAS A RECOLHER

	Controladora		Consolidado	
	31/03/2025	31/12/2024	31/03/2025	31/12/2024
Imposto de renda e contribuição social a recolher	71	71	7.569	37.495
Imposto de renda e contribuição social a recolher (depósitos judiciais) (a)	-	-	11.522	11.260
Encargo de Uso dos Sistemas Elétricos de Distribuição (EUSD)	-	-	944	879
PIS e COFINS não cumulativo	12	6	5.676	5.696
Impostos diferidos (b)	-	-	783	785
Outros tributos a recolher	11	80	959	1.505
Total	94	157	27.453	57.620
Passivo circulante	94	157	10.749	41.267
Passivo não circulante	-	-	16.704	16.353

(a) Refere-se ao IRPJ e CSLL provisionados sobre as indenizações de sinistro das controladas indiretas, Santa Fé e São Joaquim, recolhidos via depósito judicial.

(b) Refere-se aos impostos incidentes sobre a parcela diferida da receita.

17. RECEITA DIFERIDA (CONSOLIDADO)

a) Composição da receita diferida

	31/03/2025	31/12/2024
Exposição ao MRE e demais ajustes financeiros	3.868	4.251
Total	3.868	4.251

b) Movimentação da receita diferida

	31/12/2024	Adição	Realização	31/03/2025
Exposição ao MRE e demais ajustes financeiros	4.251	714	(1.097)	3.868
	4251	714	(1.097)	3.868

	31/12/2023	Adição	Realização	31/03/2024
Exposição ao MRE e demais ajustes financeiros	4.143	1.204	(1.178)	4.169
	4.143	1.204	(1.178)	4.169

Cumpre destacar que todas as SPEs do Grupo fizeram opção por participar do MRE, de modo que seu risco hidrológico é compartilhado com as demais usinas participantes desse mecanismo. Não obstante, por força de serem todas inscritas e contratadas no âmbito do PROINFA, as contabilizações do MRE são realizadas mensalmente pela CCEE e repassadas à ENBPar, que, por sua vez, calcula os ajustes a serem somados ou subtraídos do faturamento das SPEs no ano subsequente, em 12 parcelas, conforme definições contratuais.

18. PROVISÃO PARA RISCOS (CONSOLIDADO)

A BSB, a Brasil PCH e as SPEs, controladas da Companhia, são parte em ações judiciais e processos administrativos perante tribunais e órgãos governamentais, decorrentes do curso normal de suas operações, as quais envolvem questões tributárias, cíveis, trabalhistas, ambientais e regulatórias.

	31/03/2025	31/12/2024
Trabalhista	141	137
Regulatório	3.078	3.045
Tributário	1.257	1.228
Ambiental	20	55
Cíveis	514	389
Total	5.010	4.854

Em 31 de março de 2025 o saldo da provisão consolidada para riscos trabalhistas, tributários, ambientais, regulatórios e cíveis era de R$5.010 (R$4.854 em 31 de dezembro de 2024), conforme movimentação a seguir:

	31/12/2024	Transferência	Constituição	Atualização	31/03/2025
Trabalhista	137	-	-	4	141
Regulatório (*)	3.045	-	-	33	3.078
Tributário (*)	1.228	-	-	29	1.257
Ambiental	55	(41)	-	6	20
Cível	389	41	72	12	514
Total	4.854	-	72	84	5.010

	31/12/2023	Atualização	31/03/2024
Trabalhista	167	-	167
Regulatório (*)	2.849	(24)	2.825
Tributário (*)	999	(6)	993
Cíveis	170	-	170
Total	4.185	(30)	4.155

(*) Referem-se, em sua maior parte, a honorários de êxito registrados pela administração do Grupo relacionados com discussões judiciais regulatórias e tributárias.

A Brasil PCH e as SPEs possuem outros riscos relativos a questões trabalhistas, cíveis, tributárias e ambientais, avaliados pelos assessores jurídicos como sendo de risco de perda "possível", nos montantes indicados abaixo, para os quais nenhuma provisão foi constituída, tendo em vista que as práticas contábeis adotadas no Brasil não requerem sua contabilização.

	Consolidado	
	31/03/2025	31/03/2024
Trabalhistas (a)	937	943
Cíveis (b)	26.606	23.558
Ambientais (c)	441	874
Tributário (d)	175	651
	28.159	26.026

(a) Ações trabalhistas se referem, principalmente, à discussão de potencial responsabilidade subsidiária de controladas das Companhias ao pagamento de verbas trabalhistas a empregados de terceiros e indenização decorrente de acidente do trabalho, assunto este restrito a apenas uma única ação judicial.

(b) Cuidam-se de ações indenizatórias, no valor de R$26.344, objetivando a condenação da Companhia em razão de potenciais danos morais e materiais decorrentes de cheias ocorridas no ano de 2020, em região à jusante da PCH São Simão.

(c) Trata-se de ações em que figuram como rés empresas controladas da Companhia em que se discute a potencial responsabilidade civil em decorrência de prejuízos com lavra de areia.

(d) Refere-se a ação anulatória com o objetivo de repetição de valores recolhidos a título de TUSD - Tarifa de Uso do Sistema de Distribuição, indevidamente recolhidos pela controlada da Companhia.

19. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

19.1. Capital Social

Em 31 de março de 2025 e 31 de dezembro de 2024, o capital social da Companhia subscrito e integralizado é de R$66.071, representado por 61.659.882 ações, das quais 30.829.941 ações ordinárias e 30.829.941 ações preferenciais, distribuídas conforme indicado abaixo:

Acionistas	Ações Ordinárias Subscritas	Ações Preferenciais Subscritas	Total de Ações Subscritas	%
CS Energia S.A.	20.337.278	20.337.279	40.674.557	65,97%
Acionistas minoritários	10.492.663	10.492.662	20.985.325	34,03%
Total	30.829.941	30.829.941	61.659.882	100%

As ações ordinárias de emissão da Companhia conferem aos seus detentores o direito a voto nas assembleias gerais. Já as ações preferenciais não conferem direito a voto a seus titulares, mas, em contrapartida, atribuem: (i) prioridade no recebimento de dividendo mínimo cumulativo equivalente à R$0,01 (um centavo de real) para cada lote de 1.000 (um mil) ações; (ii) participação nos lucros distribuídos, em igualdade de condições com as ações ordinárias, depois destas receberem dividendo igual ao dividendo mínimo assegurado às ações preferenciais; (iii) direito de receber o dividendo mínimo cumulativo a que fazem jus, no exercício em que os lucros forem insuficientes, à conta de reservas de capital; (iv) reembolso sem prêmio no caso de liquidação da Companhia.

19.2. Reserva Legal

Constituída, em conformidade com a Lei 6.404/76 (“Lei das Sociedades por Ações”) e com o Estatuto Social da Companhia, na base de 5% do lucro líquido de cada exercício, até atingir 20% do capital social. A reserva legal tem por fim assegurar a integridade do capital social e somente poderá ser utilizada para compensar prejuízo ou para aumento do capital social. Considerando que a Companhia já atingiu o limite de 20% sobre o capital social, valores adicionais não estão sendo destinados à composição da reserva legal.

19.3. Reserva de lucros

A reserva de lucros registra o montante do lucro líquido não distribuído após constituição da reserva legal e do cálculo dos dividendos obrigatórios e adicionais, conforme previsto art. 202, §5º, da Lei das Sociedades por Ações, devendo ser paga a título de dividendos assim que a situação financeira da Companhia permitir.

19.4. Reserva de lucros a realizar

Tendo em vista a deliberação havida no âmbito da Assembleia Geral Ordinária da Companhia, realizada em 13 de março de 2023, em linha com o disposto no artigo 199 da Lei das Sociedades por Ações e com a orientação da Administração da Companhia, foi constituída reserva de lucros a realizar no exercício findo em 31 de dezembro de 2022.

O valor de R$719.539 contido nessa reserva corresponde ao saldo de lucro à disposição dos acionistas da Companhia, apurado após destinação dos dividendos mínimos obrigatórios. Esse montante é relativo à parcela do lucro líquido contabilizado em razão da remensuração realizada no momento da aquisição de participação acionária adicional pela Companhia na Brasil PCH, ocorrida em 1º de dezembro de 2021, correspondente a “lucro, rendimento ou ganho líquido em operações ou contabilização de ativo e passivo pelo valor de mercado, cujo prazo de realização financeira ocorra após o término do exercício social seguinte”, tendo como base o disposto no artigo 197, §1º, II, da Lei das Sociedades por Ações.

A alocação desses valores na reserva de lucros a realizar visa evitar que a Companhia fique obrigada a distribuir dividendos imediatamente, sem que, por outro lado, haja qualquer impedimento à reversão da reserva de lucros a realizar.

19.5. Dividendos a pagar

O estatuto social da Companhia dispõe que, observadas as diretrizes do Acordo de Acionistas da Companhia, compete ao Conselho de Administração, determinar o levantamento de balanços intermediários semestrais, trimestrais ou em qualquer outra periodicidade, bem como aprovar a distribuição de dividendos intermediários à conta de lucros acumulados ou reserva de lucros, inclusive com antecipação total ou parcial do dividendo obrigatório do exercício em curso, respeitado o disposto no artigo 204 da Lei das Sociedades por Ações.

Abaixo apresentamos a movimentação dos dividendos nos exercícios:

	Controladora	Consolidado
Saldo em 31 de dezembro de 2023	172.386	175.612
Dividendos adicionais aprovados (*)	157.732	162.303
Dividendos pagos	(40.000)	(42.159)
Saldo em 31 de março de 2024	290.118	295.756
Saldo em 31 de dezembro de 2024	141.981	149.518
Dividendos adicionais aprovados (*)	135.040	139.068
Saldo em 31 de março de 2025	277.021	288.586

(*) Os dividendos adicionais do exercício de 2023 e 2024 foram aprovados nas Assembleias Gerais Ordinárias e Extraordinárias ocorridas nos dias 29 de março de 2024 e 18 de março de 2025.

19.6. Ajuste de avaliação patrimonial reflexa

O ajuste de avaliação patrimonial é representado pelos ganhos ou perdas acumuladas reflexas dos instrumentos de "*hedge*" de fluxo de caixa, considerados efetivos da controlada Brasil PCH. No período de três meses findo em 31 de março de 2025, a Companhia reconheceu o montante de R$255 negativo (R$3.419 em 31 de março de 2024) como perda de valor justo de instrumento de *hedge*.

20. LUCRO POR AÇÃO

Segue abaixo quadro que contém as informações consideradas pela Companhia para cálculo do lucro básico e diluído por ação. Importante destacar que a Companhia não possui instrumentos financeiros diluídos.

	01/01/2025 a 31/03/2025	01/01/2024 a 31/03/2024
Lucro líquido do período	57.688	55.460
Lucro por ação básico e diluído:		
Quantidade média de ações em circulação	61.659.882	61.659.882
Lucro por ação básico e diluído (em R$)	0,9356	0,8995

21. RECEITA LÍQUIDA DE VENDAS (CONSOLIDADO)

	01/01/2025 a 31/03/2025	01/01/2024 a 31/03/2024
Receita bruta:		
Venda de energia elétrica	183.443	184.001
Ajustes (*):		
Exposição ao MRE e demais ajustes financeiros	366	746
	183.809	184.747

	01/01/2025 a 31/03/2025	01/01/2024 a 31/03/2024
Deduções à receita bruta:		
PIS e COFINS Corrente	(8.085)	(9.180)
PIS e COFINS Diferido	(12)	32
	(8.097)	(9.148)
Receita líquida de vendas	175.712	175.599

(*) Sendo suas controladas indiretas contratadas no âmbito do PROINFA, as contabilizações do MRE são realizadas mensalmente pela CCEE e repassadas à ENBPar, que, por sua vez, calcula os ajustes a serem somados ou subtraídos do faturamento das SPEs no ano subsequente, em 12 parcelas, conforme definições contratuais. Ver nota explicativa nº 1.1.

22. CUSTOS E DESPESAS POR NATUREZA

As informações sobre a natureza das despesas reconhecidas na demonstração do resultado da Companhia são apresentadas a seguir:

	Controladora	
	01/01/2025 a 31/03/2025	01/01/2024 a 31/03/2024
Pessoal e administradores	(42)	(50)
Serviços de terceiros	(190)	(175)
Tributos	(18)	(62)
Outras despesas, líquidas	(27)	(25)
	(277)	(312)

	Consolidado	
	01/01/2025 a 31/03/2025	01/01/2024 a 31/03/2024
Depreciação e amortização (*)	(22.199)	(22.979)
Prêmio de risco (repactuação do risco hidrológico)	(6.857)	(6.612)
Pessoal e administradores	(8.017)	(7.788)
Manutenção	(2.827)	(1.618)
Serviços de terceiros	(1.031)	(1.072)
Encargo de Uso do Sistema de Distribuição (EUSD)	(2.884)	(2.541)
Seguros	(2.485)	(2.937)
Operação	(595)	(327)
Meio Ambiente	(42)	(108)
Tributos	(128)	(130)
Ressarcimento do Conselho Nacional de Política Energética (“CNPE”) nº 03/2013 (**)	1.204	-
Taxas setoriais	(314)	(301)
Receita com indenização recebida (***)	442	-
Outras despesas, líquidas	(733)	(534)
	(46.466)	(46.947)
Custo das vendas de energia	(41.819)	(41.969)
Outras despesas, líquidas	(4.647)	(4.978)

(*) Estão sendo reduzidos aos valores de amortização e depreciação os créditos tributários de PIS/COFINS no montante de R$86, apurados em 31 de março de 2025, (R$127 em 31 de março de 2024) decorrentes de aquisição de imobilizado em função da modalidade de apuração do lucro tributário de suas controladas indiretas Santa Fé e Jataí.

(**) Recebimento da ENBPar referente a devolução dos Encargo de Serviço de Sistema para fins de Segurança Energética (ESS-SE) cobrados pela Eletrobrás, em janeiro de 2014, conforme a Resolução nº 03/2013 do Conselho Nacional de Política Energética (CNPE). Esta resolução foi revogada posteriormente pela Lei 13.360/2016 anulando à imputação do rateio de ESS-SE aos agentes de geração.

(***) A receita de indenização recebida refere-se ao montante da indenização parcial de sua controlada indireta Calheiros.

23. RESULTADO FINANCEIRO

	Controladora		Consolidado	
	01/01/2025 a 31/03/2025	01/01/2024 a 31/03/2024	01/01/2025 a 31/03/2025	01/01/2024 a 31/03/2024
Despesas financeiras:				
Encargos financeiros sobre debêntures	(28.302)	(28.299)	(55.582)	(59.904)
Custos de transação de debêntures	(681)	(680)	(1.321)	(1.321)
Juros sobre Empréstimos e financiamentos	(6.716)	-	(6.716)	-
Instrumentos financeiros derivativos	-	-	(3.857)	(4.848)
Outras despesas financeiras	(118)	(43)	(1.393)	(576)
Total	(35.817)	(29.022)	(68.869)	(66.649)
Receitas financeiras:				
Rendimentos de aplicações financeiras	347	1.296	3.963	3.885
Amortização ajuste a valor justo de debêntures	-	-	2.797	2.797
Outras receitas financeiras	-	43	1.670	186
Total	347	1.339	8.430	6.868
Total	(35.470)	(27.683)	(60.439)	(59.781)

24. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

A Companhia calculou o imposto de renda e a contribuição social sobre o lucro líquido com base no regime do lucro real. A conciliação da despesa calculada pela aplicação das alíquotas fiscais combinadas e da despesa de imposto de renda e contribuição social debitada em resultado é demonstrada como segue:

	Controladora		Consolidado	
	01/01/2025 a 31/03/2025	01/01/2024 a 31/03/2024	01/01/2025 a 31/03/2025	01/01/2024 a 31/03/2024
Lucro contábil antes do imposto de renda e da contribuição social	57.688	55.460	68.807	68.871
Alíquota nominal	34%	34%	34%	34%
Imposto de renda e contribuição social à alíquota nominal	(19.614)	(18.856)	(23.394)	(23.416)
Exclusões (adições) permanentes:				
Efeitos das controladas optantes pelo lucro presumido (*)	-	-	36.655	22.115
Efeito Fiscal da equivalência patrimonial de controladas	31.768	28.375	-	-
Crédito tributário não constituído (**)	(12.154)	(9.519)	(22.510)	(10.503)
Efeito de imposto de renda e contribuição social no resultado	-	-	(9.249)	(11.804)
Correntes	-	-	(12.106)	(14.699)
Diferidos	-	-	2.857	2.895

(*) A Jataí Energética S.A., controlada indireta da Companhia, alterou, para o exercício iniciado em 01 de janeiro de 2025, o regime fiscal de lucro real para lucro presumido.

(**) A Controladora possui prejuízo fiscal e base negativa de contribuição social, no montante aproximado de R$373.331 em 31 de março de 2025 (R$337.583 em 31 de dezembro de 2024). Suas controladas possuem prejuízo fiscal e base negativa de contribuição social, no montante aproximado de R$1.523.479 (R$1.496.950 em 31 de dezembro de 2024). A Companhia e suas controladas BSB, Brasil PCH e PCHPAR não constituem imposto fiscal diferido ativo por não terem expectativa de geração de lucros futuros suficientes de forma a realizar o imposto diferido ativo.

Conforme divulgado nas notas explicativas nº 11, 12 e 13, no período findo em 31 de março de 2025, a Companhia constituiu passivo fiscal diferido em função da combinação de negócios ocorrida no exercício de 2021. Abaixo, é apresentada a composição do passivo fiscal diferido:

	31/03/2025	31/12/2024
Mais valia imobilizado	320.612	324.243
Mais valia intangível	1.342.961	1.350.560
Ajuste a valor justo de debêntures	(18.450)	(21.247)
	1.645.123	1.653.556
Alíquota nominal	34%	34%
Imposto fiscal diferido	559.342	562.209

25. INSTRUMENTOS FINANCEIROS

Risco de mercado

O risco de mercado decorre da possibilidade de o Grupo sofrer perdas decorrentes de oscilações de taxas de juros incidentes sobre seus ativos e passivos financeiros.

Quanto aos ativos, o Grupo avalia que o risco de exposição de seus recursos aplicados é baixo, uma vez que são realizadas em bancos de reconhecida liquidez, estando remuneradas a taxas de mercado variando de 80% a 102% do CDI, conforme apresentado nas notas explicativas nº 5 e nº 6.

Já quanto aos passivos, conforme saldos apurados em 31 de março de 2025, o Grupo está exposto às variações do Índice de Preços ao Consumidor Amplo (“IPCA”), em razão da atualização monetária prevista nos contratos da emissão de debêntures da Companhia, BSB e Brasil PCH e ao CDI em razão da atualização prevista na CCB.

Gestão de risco de liquidez

O risco de liquidez decorre de fatores que possam ocasionar a impossibilidade de o Grupo realizar os pagamentos de dívidas, incluindo aqueles relativos às debêntures, no volume, preço, e momento desejados. O Grupo mitiga o risco de liquidez ao qual está exposto por meio do monitoramento contínuo das previsões das exigências de liquidez de suas dívidas, bem como da manutenção de saldos aplicados passíveis de resgate a qualquer momento para cobrir eventuais descasamentos entre a data de maturidade de suas obrigações contratuais e sua geração de caixa.

Tabelas do risco de liquidez

A seguir, são apresentados os passivos financeiros não derivativos do Grupo e o montante a ser pago nos períodos destacados. Cumpre ressaltar que os passivos financeiros foram calculados de acordo com os fluxos de caixa não descontados do Grupo, tendo como base a data mais próxima na qual o Grupo possui expectativa de liquidar suas obrigações, além de considerarem os fluxos de caixa dos juros e do principal. Na medida em que os fluxos de juros são pós-fixados, o valor não descontado foi obtido com base nas curvas de juros com encerramento em 31 de março de 2025.

Consolidado	Nota	Posição Contábil	Total Fluxo Futuro	1 a 3 meses	3 meses a 1 ano	De 1 a 8 anos
Fornecedores	-	1.881	1.881	1.881	-	-
Empréstimos, Financiamentos e Debêntures (*)	14	1.590.663	1.999.227	164.948	323.961	1.510.318
Instrumento financeiro derivativo	14	60.093	65.649	6.402	25.733	33.514
Total		1.652.637	2.066.757	173.231	349.694	1.543.832

(*) A posição contábil apresentada representa somente o saldo do principal e juros registrado na data, desconsiderando os custos de transação e o ajuste a valor justo de debêntures constituído, conforme nota explicativa nº 14.

Com relação aos passivos financeiros existentes, cumpre esclarecer que o Grupo não possui operações contratadas em moeda estrangeira, razão pela qual não está sujeito a riscos decorrentes de oscilações de taxas de câmbio.

Com relação aos ativos e passivos financeiros do Grupo, seus valores demonstrados por categoria seguem abaixo:

		Controladora		Consolidado	
	Nota	31/03/2025	31/12/2024	31/03/2025	31/12/2024
Ativos financeiros					
Mensurados ao custo amortizado:					
Caixa e equivalentes de caixa	5	26.640	4.071	98.681	113.229
Aplicações financeiras	6	38.514	205	79.571	13.800
Contas a receber	7	-	-	189.425	182.650
Depósitos judiciais	8	-	-	20.997	20.626
Impostos a recuperar	-	866	864	8.689	8.365
Outros ativos	-	-	-	185	107
Passivos financeiros					
Mensurados ao custo amortizado:					
Fornecedores		15	7	1.881	1.539
Seguros a pagar		-	-	-	3.279
Empréstimos, Financiamentos e Debêntures	14	920.457	885.439	1.590.663	1.581.888
Mensurados pelo valor justo:					
Instrumentos financeiros derivativos (nível 2)	14	-	-	60.093	62.037

Já no que se refere ao valor justo desses ativos e passivos financeiros, esse é calculado por meio da projeção do fluxo de caixa futuro do Grupo, tendo como base a projeção da curva da taxa de juros; na sequência, o montante é trazido a valor presente, valendo-se dos dados indicativos de preços e taxas de referência disponíveis no mercado em 31 de março de 2025, ou da taxa calculada com base nas condições do pagamento do prêmio de resgate antecipado facultativo previsto nas escrituras de emissão de debêntures da Companhia, da BSB e da Brasil PCH, conforme o caso. Exceto pelos empréstimos, financiamentos e debêntures, cujo valor justo estimado em 31 de março de 2025 é de R$1.427.691 (Nível 2) (R$1.412.434 em 31 de dezembro de 2024), o valor justo dos demais ativos e passivos financeiros do Grupo é próximo do seu valor contábil.

Análise de sensibilidade de taxa de juros

Em conformidade com o CPC 40/IFRS 7 - Instrumentos Financeiros, é apresentado a seguir o quadro de análise de sensibilidade dos instrumentos financeiros de exposição a riscos de taxas de juros do Grupo, objetivando evidenciar um eventual desembolso futuro, de acordo com as premissas detalhadas.

A análise de sensibilidade, utilizou como cenário provável (Cenário I) as taxas referenciais projetadas para o ano de 2025 (fonte Boletim Focus datado de 28 de março de 2025) CDI (15,0%) e IPCA (5,65%). Já os cenários II e III levam em consideração um incremento nessa taxa de 25% e 50%, respectivamente. Os resultados são como seguem:

Operação	Nota	Exposição 31/03/2025	Risco	Cenário I	Cenário II	Cenário III
Caixa e equivalentes de caixa	5	98.681		-	-	-
Aplicação financeira	6	79.571		-	-	-
Empréstimo – CCB	14	(207.744)		-	-	-
Exposição ao CDI, líquida		(29.492)	Aumento do CDI + 1,39%	4.834	6.042	7.251
Debêntures – Eletroriver e BSB	14	(1.018.162)	Aumento do IPCA + 7,04%	129.205	161.506	193.807
Debêntures e swap – Brasil PCH	14	(427.544)	Aumento do IPCA + 8,2647	59.491	74.364	89.237

A Companhia considera que a variação de 25% e 50% representam uma sensibilidade apropriada considerando a variação histórica dos respectivos indicadores no período analisado.

Hierarquia do valor justo

A Companhia estabelece uma hierarquia de três níveis para o valor justo, a qual prioriza as informações quando da mensuração do valor justo pela Companhia e por suas controladas, para maximizar o uso de informações observáveis e minimizar o uso de informações não-observáveis.

- Nível 1 - Preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos idênticos.
- Nível 2 - Outras informações disponíveis, exceto aquelas do Nível 1, onde os preços cotados (não ajustados) são para ativos e passivos similares, em mercados não ativos, ou outras informações que estão disponíveis ou que podem ser corroboradas pelas informações observadas no mercado para substancialmente a integralidade dos termos dos ativos e passivos.
- Nível 3 - Informações indisponíveis em função de pequena ou nenhuma atividade de mercado e que são significantes para definição do valor justo dos ativos e passivos.

No período findo em 31 de março de 2025, não houve transferência entre avaliação de valor justo entre o Nível 1 e Nível 2, nem entre Nível 2 e Nível 3.

Gestão de risco de capital

Considerando que o Grupo possui debêntures emitidas, ele está exposto ao risco de capital em virtude de sua alavancagem financeira que, embora proporcione oportunidades de retorno aos acionistas, aumenta a exposição do Grupo a possíveis oscilações nos resultados operacionais, fator que pode afetar o retorno sobre o patrimônio líquido.

Com o objetivo de mitigar essa exposição ao risco de capital, o Grupo monitora a dívida (debêntures) e seus indicadores financeiros de forma constante, bem como realiza análises de sensibilidade à variação das taxas de juros e dos fluxos de caixa, de modo a garantir a longevidade dos negócios da Companhia e a maximização do retorno aos acionistas.

Um dos mecanismos de monitoramento utilizado pelo Grupo é o índice de alavancagem financeira, que corresponde ao endividamento líquido expresso como percentual do capital total, em que o endividamento líquido é equivalente ao saldo total das debêntures (incluindo o pagamento das parcelas no curto e no longo prazos, conforme demonstrado no balanço patrimonial), subtraído do montante de caixa e equivalentes de caixa; e o capital total é apurado através da soma do endividamento líquido com o patrimônio líquido, excluídos os custos de capitação.

Os índices de alavancagem financeira em 31 de março de 2025, comparados àqueles obtidos em 31 de dezembro de 2024, são:

	Controladora		Consolidado	
	31/03/2025	31/12/2024	31/03/2025	31/12/2024
Empréstimos, Financiamentos e Debêntures (nota explicativa nº 14)	920.457	885.439	1.590.663	1.581.888
(-) Caixa e equivalentes de caixa e aplicações financeiras (nota explicativa nº 5 e 6)	(65.154)	(4.276)	(178.252)	(127.029)
Total de caixa e equivalentes de caixa e dívida, líquido (a)	855.303	881.163	1.412.411	1.454.859
Total do patrimônio líquido	874.274	951.881	901.640	981.411
Total do capital (b)	1.729.577	1.833.044	2.314.051	2.436.270
Índice de alavancagem financeira % (a/b)	49%	48%	62%	61%

26. COBERTURA DE SEGURO

Seguro “Directors & Officers” (D&O)

A Companhia renovou, para si e suas controladas (diretas e indiretas), a cobertura de seguro para pagamento e/ou reembolso das quantias devidas ou a pagar a terceiros a título de reparação de danos, estipuladas por tribunal cível ou por acordo aprovado pela seguradora, com vigência até

14 de junho de 2025, mantendo a cobertura no montante de R$70.000 (sendo a cobertura compartilhada em apólice única com outras companhias do Grupo).

Seguro de responsabilidade civil

As 13 SPEs, controladas indiretas da Companhia, renovaram o seguro com cobertura no valor de R$80.000, com vigência até 28 de abril de 2026, para cobertura de indenizações por danos civis em sentença judicial transitada em julgado ou em acordo autorizado pela seguradora, de risco de poluição e/ou contaminação ambiental (súbita e acidental), danos corporais e/ou materiais sofridos por terceiros, danos morais diretamente decorrentes de danos materiais e/ou corporais causados a terceiros.

Seguro de operação

O Grupo renovou, em 27 de junho de 2024 a cobertura de seguro para riscos operacionais no montante de R$311.620, com vigência até 27 de junho de 2025, em apólice única, compartilhada pela sua controlada direta Brasil PCH e suas controladas indiretas SPEs.

27. TRANSAÇÕES NÃO ENVOLVENDO CAIXA

	Controladora	
	31/03/2025	31/03/2024
Marcação a valor justo do instrumento financeiro derivativo	(255)	3.419
Constituição de dividendos a pagar	135.040	157.732
Constituição de dividendos a receber	188.083	201.449

	Consolidado	
	31/03/2025	31/03/2024
Reversão da provisão para contratos de arrendamento em contrapartida às rubricas de ativo imobilizado e ativo intangível	(62)	-
Adição da provisão para contratos de arrendamento em contrapartida às rubricas de ativo imobilizado e ativo intangível	-	106
Adição da provisão para compromissos futuros em contrapartida às rubricas de ativo imobilizado e ativo intangível	200	-
Reversão da provisão para compromissos futuros em contrapartida às rubricas de ativo imobilizado e ativo intangível	(1.371)	(5.306)
Adição de imobilizado ainda não liquidada	(99)	(22)
Compensação de Imposto de Renda e Contribuição Social com IRRF e CSLL	4.465	4.250
Marcação a valor justo do instrumento financeiro derivativo	(261)	3.511
Constituição de dividendos a pagar	139.068	162.303
Constituição de dividendos a receber	188.083	201.449

28. EVENTOS SUBSEQUENTES

Em 4 de abril de 2025, em decorrência da Resolução Homologatória nº 3.439 da ANEEL, de 1 de abril de 2025, foi conferido o prazo adicional de extensão da outorga dos empreendimentos hidrelétricos participantes do Mecanismo de Realocação de Energia – MRE devido ao reprocessamento dos cálculos pela Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE para algumas usinas da Companhia, em atendimento ao disposto na Lei nº 14.182, de 12 de julho de 2021 e nos art. 3º e 7º da Resolução Normativa nº 1.035, de 26 de julho de 2022. O quadro abaixo apresenta os novos prazos finais de outorgas modificadas:

Usina	Extensão em dias	Final Outorga (Anterior)	Final Outorga (REA 14.896/2023)
PCH Calheiros	1	08/05/2042	09/05/2042
PCH Fumaça IV	1	14/10/2042	15/10/2042
PCH Irara	1	07/04/2042	08/04/2042
PCH Monte Serrat	1	03/12/2042	04/12/2042
PCH São Pedro	1	13/06/2043	14/06/2043

29. AUTORIZAÇÃO PARA EMISSÃO DAS INFORMAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS

O Conselho de Administração do Grupo autorizou a emissão e divulgação dessas informações financeiras intermediárias individuais e consolidadas em 12 de maio de 2025.

Composição do Conselho de Administração

Antônio Walter dos Santos Pinheiro Filho
Presidente

Thiago Salles de Carvalho
Conselheiro - Vice - presidente

Augusto César Campos de Sousa Machado
Conselheiro

Composição da Diretoria

Antônio Walter dos Santos Pinheiro Filho
Diretor

Walter Nunes Seijo Neto
Diretor

Contador
Leandro Mariano Gonçalves
CRC MG-105896/O-1

Docusign Envelope ID: D5FF3EA3-7540-4BC0-84E5-A7D840F440AB

ELETRORIVER

DECLARAÇÃO DA DIRETORIA

(i) Antônio Walter dos Santos Pinheiro Filho, Diretor Presidente, brasileiro, casado sob regime de comunhão parcial de bens, engenheiro civil, portador da Cédula de Identidade nº 02.598.620-010, expedida pela SSP/BA, inscrito no Cadastro de Pessoas Físicas ("CPF") sob o nº 903.775.085-00, com endereço comercial na cidade de Salvador, Estado da Bahia, na Rua Miguel Calmon, nº 555, Edf. Citibank, Sala 1012, Comércio, CEP 40.015-010; e (ii) **Walter Nunes Seijo Neto**, Diretor de Relações com Investidores, brasileiro, casado sob regime de comunhão parcial de bens, engenheiro civil, portador da Cédula de Identidade nº 05.846.392-52, expedida pela SSP/BA, inscrito no CPF sob o nº 891.023.715-53, com endereço comercial na cidade de Salvador, Estado da Bahia, na Rua Miguel Calmon, nº 555, Edf. Citibank, Sala 1012, Comércio, CEP 40.015-010, doravante denominados simplesmente "Declarantes", na qualidade de Diretores da **ELETRORIVER S.A.**, sociedade anônima com sede na cidade de Salvador, Estado da Bahia, na Rua Miguel Calmon, nºº555, Edf. Citibank, Sala 1012, Comércio, CEP 40.015-010, inscrita no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica do Ministério da Economia sob nº 01.968.293/0001-68 ("Companhia"), vêm, nos termos dos incisos V e VI do parágrafo 1º do artigo 27 da Resolução CVM nº 80, de 29 de março de 2022, declarar que: (i) reviram, discutiram e concordam com as opiniões expressas no parecer dos auditores independentes; e (ii) reviram, discutiram e concordam com as informações financeiras intermediárias da Companhia, relativas ao semestre findo em 31 de março de 2025.

Salvador, 12 de maio de 2025.

ELETRORIVER S.A.

Assinado por:
Antonio Walter dos Santos Pinheiro Filho
A2D7C2169E69414...

DocuSigned by
Walter Seijo
Assinado por: WALTER NUNES SEIJO NETO:89102371553
CPF: 89102371553
Data/Hora da Assinatura: 12/05/2025 10:52:11 BRT
O: ICP-Brasil, OU: Presencial
C: BR
Emissor: AC Certisign RFB G5
ICP Brasil
E9525229407344 5...

ANTÔNIO WALTER DOS SANTOS PINHEIRO FILHO
Diretor Presidente

WALTER NUNES SEIJO NETO
Diretor de Relações com Investidores

DocuSigned by
Maira Lacorte de Freitas
Assinado por: MAIRA LACORTE DE FREITAS
CPF: 11530821606
Data/Hora da Assinatura: 12/05/2025 09:29:34 BRT
O: ICP-Brasil, OU: AC OAB
C: BR
Emissor: AC OAB G3
ICP Brasil
4C6F2F601264481...

Certificado de Conclusão

Identificação de envelope: D5FF3EA3-7540-4BC0-84E5-A7D840F440AB
Status: Concluído
Assunto: Assinatura de Declaração da Diretoria de ELR - Revisão das DF's (ITR 1T 2025)
Envelope fonte:
Documentar páginas: 1
Assinaturas: 3
Certificar páginas: 5
Rubrica: 0
Assinatura guiada: Ativado
Selo com EnvelopeId (ID do envelope): Ativado
Fuso horário: (UTC-03:00) Brasília

Remetente do envelope:
Grupo Brasil PCH
Av. Prudente de Morais, 1250 – 10º e 11º andares
Coracao de Jesus
Belo Horizonte, Minas Gerais 30380-252
ged@brasilpch.com.br
Endereço IP: 187.111.20.66

Rastreamento de registros

Status: Original
12/05/2025 09:20:10
Portador: Grupo Brasil PCH
ged@brasilpch.com.br
Local: DocuSign

Eventos do signatário	Assinatura	Registro de hora e data
Maíra Lacôrte de Freitas mairafreitas@brasilpch.com.br Gerente de Relações com Investidores Nível de segurança: E-mail, Autenticação da conta (Nenhuma), Certificado Digital **Detalhes do provedor de assinatura:** Tipo de assinatura: ICP Smart Card Emissor da assinatura: AC OAB G3 **Termos de Assinatura e Registro Eletrônico:** Não oferecido através da Docusign	Assinado por: Maíra Lacôrte de Freitas 4C6F2F6012644B1... Adoção de assinatura: Estilo pré-selecionado Usando endereço IP: 187.111.20.66	Enviado: 12/05/2025 09:21:06 Visualizado: 12/05/2025 09:28:05 Assinado: 12/05/2025 09:29:40
Walter Seijo walterseijo@brasilpch.com.br Diretor Grupo Brasil PCH Nível de segurança: E-mail, Autenticação da conta (Nenhuma), Certificado Digital **Detalhes do provedor de assinatura:** Tipo de assinatura: ICP Smart Card Emissor da assinatura: AC Certisign RFB G5 **Termos de Assinatura e Registro Eletrônico:** Não oferecido através da Docusign	Assinado por: Walter Seijo E95252294073445... Adoção de assinatura: Estilo pré-selecionado Usando endereço IP: 187.111.20.66	Enviado: 12/05/2025 09:29:43 Visualizado: 12/05/2025 10:50:44 Assinado: 12/05/2025 10:52:22
Antonio Walter dos Santos Pinheiro Filho walterpinheiro@minaspch.com.br Nível de segurança: E-mail, Autenticação da conta (Nenhuma) **Termos de Assinatura e Registro Eletrônico:** Aceito: 12/05/2025 10:53:56 ID: 3a95d533-a83d-4ed1-a53a-e81bd931c5b7	Assinado por: Antonio Walter dos Santos Pinheiro Filho A2D7C2169E69414... Adoção de assinatura: Estilo pré-selecionado Usando endereço IP: 152.244.211.167	Enviado: 12/05/2025 10:52:23 Visualizado: 12/05/2025 10:53:56 Assinado: 12/05/2025 10:54:08

Eventos do signatário presencial	Assinatura	Registro de hora e data

Eventos de entrega do editor	Status	Registro de hora e data

Evento de entrega do agente	Status	Registro de hora e data

Eventos de entrega intermediários	Status	Registro de hora e data
Eventos de entrega certificados	**Status**	**Registro de hora e data**
Eventos de cópia	**Status**	**Registro de hora e data**
Eventos com testemunhas	**Assinatura**	**Registro de hora e data**
Eventos do tabelião	**Assinatura**	**Registro de hora e data**
Eventos de resumo do envelope	**Status**	**Carimbo de data/hora**
Envelope enviado	Com hash/criptografado	12/05/2025 09:21:06
Entrega certificada	Segurança verificada	12/05/2025 10:53:56
Assinatura concluída	Segurança verificada	12/05/2025 10:54:08
Concluído	Segurança verificada	12/05/2025 10:54:08
Eventos de pagamento	**Status**	**Carimbo de data/hora**
Termos de Assinatura e Registro Eletrônico		

ELECTRONIC RECORD AND SIGNATURE DISCLOSURE

From time to time, Santa Fe Energetica S.A. (we, us or Company) may be required by law to provide to you certain written notices or disclosures. Described below are the terms and conditions for providing to you such notices and disclosures electronically through the DocuSign system. Please read the information below carefully and thoroughly, and if you can access this information electronically to your satisfaction and agree to this Electronic Record and Signature Disclosure (ERSD), please confirm your agreement by selecting the check-box next to 'I agree to use electronic records and signatures' before clicking 'CONTINUE' within the DocuSign system.

Getting paper copies

At any time, you may request from us a paper copy of any record provided or made available electronically to you by us. You will have the ability to download and print documents we send to you through the DocuSign system during and immediately after the signing session and, if you elect to create a DocuSign account, you may access the documents for a limited period of time (usually 30 days) after such documents are first sent to you. After such time, if you wish for us to send you paper copies of any such documents from our office to you, you will be charged a $0.00 per-page fee. You may request delivery of such paper copies from us by following the procedure described below.

Withdrawing your consent

If you decide to receive notices and disclosures from us electronically, you may at any time change your mind and tell us that thereafter you want to receive required notices and disclosures only in paper format. How you must inform us of your decision to receive future notices and disclosure in paper format and withdraw your consent to receive notices and disclosures electronically is described below.

Consequences of changing your mind

If you elect to receive required notices and disclosures only in paper format, it will slow the speed at which we can complete certain steps in transactions with you and delivering services to you because we will need first to send the required notices or disclosures to you in paper format, and then wait until we receive back from you your acknowledgment of your receipt of such paper notices or disclosures. Further, you will no longer be able to use the DocuSign system to receive required notices and consents electronically from us or to sign electronically documents from us.

All notices and disclosures will be sent to you electronically

Unless you tell us otherwise in accordance with the procedures described herein, we will provide electronically to you through the DocuSign system all required notices, disclosures, authorizations, acknowledgements, and other documents that are required to be provided or made available to you during the course of our relationship with you. To reduce the chance of you inadvertently not receiving any notice or disclosure, we prefer to provide all of the required notices and disclosures to you by the same method and to the same address that you have given us. Thus, you can receive all the disclosures and notices electronically or in paper format through the paper mail delivery system. If you do not agree with this process, please let us know as described below. Please also see the paragraph immediately above that describes the consequences of your electing not to receive delivery of the notices and disclosures electronically from us.

How to contact Santa Fe Energetica S.A.:

You may contact us to let us know of your changes as to how we may contact you electronically, to request paper copies of certain information from us, and to withdraw your prior consent to receive notices and disclosures electronically as follows:

To advise Santa Fe Energetica S.A. of your new email address

To let us know of a change in your email address where we should send notices and disclosures electronically to you, you must send an email message to us at and in the body of such request you must state: your previous email address, your new email address.

If you created a DocuSign account, you may update it with your new email address through your account preferences.

To request paper copies from Santa Fe Energetica S.A.

To request delivery from us of paper copies of the notices and disclosures previously provided by us to you electronically, you must send us an email to and in the body of such request you must state your email address, full name, mailing address, and telephone number.

To withdraw your consent with Santa Fe Energetica S.A.

To inform us that you no longer wish to receive future notices and disclosures in electronic format you may:

i. decline to sign a document from within your signing session, and on the subsequent page, select the check-box indicating you wish to withdraw your consent, or you may;

ii. send us an email to and in the body of such request you must state your email, full name, mailing address, and telephone number. . .

Required hardware and software

The minimum system requirements for using the DocuSign system may change over time. The current system requirements are found here: https://support.docusign.com/guides/signer-guide-signing-system-requirements.

Acknowledging your access and consent to receive and sign documents electronically

To confirm to us that you can access this information electronically, which will be similar to other electronic notices and disclosures that we will provide to you, please confirm that you have read this ERSD, and (i) that you are able to print on paper or electronically save this ERSD for your future reference and access; or (ii) that you are able to email this ERSD to an email address where you will be able to print on paper or save it for your future reference and access. Further, if you consent to receiving notices and disclosures exclusively in electronic format as described herein, then select the check-box next to 'I agree to use electronic records and signatures' before clicking 'CONTINUE' within the DocuSign system.

By selecting the check-box next to 'I agree to use electronic records and signatures', you confirm that:

- You can access and read this Electronic Record and Signature Disclosure; and
- You can print on paper this Electronic Record and Signature Disclosure, or save or send this Electronic Record and Disclosure to a location where you can print it, for future reference and access; and
- Until or unless you notify Santa Fe Energetica S.A. as described above, you consent to receive exclusively through electronic means all notices, disclosures, authorizations, acknowledgements, and other documents that are required to be provided or made available to you by Santa Fe Energetica S.A. during the course of your relationship with Santa Fe Energetica S.A..